



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

Ano II - N° 06  
Dezembro 2011



# Editorial

Chegamos ao final de mais um ano e parece que foi ontem, aquela conversa despretensiosa no IGHMB\* sobre a publicação de trabalhos relacionados à História Militar que originou essa revista.

Ao longo desses dois anos de existência de nossa revista vimos a História Militar conquistar espaço nas estantes das livrarias e também no ambiente acadêmico. Uma prova disso está na criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar, que realizou em setembro uma série de conferências de altíssimo nível, com a participação de renomados historiadores.

Por falar no NEPHIM, dois de seus integrantes participam dessa edição. São eles os professores Marcello Loureiro e Renato Restier. Contamos ainda com a participação do Professor Fernando da Silva Rodrigues da Universidade Severino Sombra e do pesquisador Fabiano Barcellos Teixeira da Universidade de Passo Fundo - RS.

A eles e a todos aqueles que contribuíram para que a Revista Brasileira de História Militar completasse dois anos, nosso Muito Obrigado.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável

\*Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, onde é realizada boa parte das aulas do Curso de Especialização em História Militar da UNIRIO e onde também acontecem semanalmente palestras e apresentações sobre o tema.



## Imagem nesta página:

A Batalha de Trafalgar, ocorrida em outubro de 1805, quando as forças navais franco-espanholas de Napoleão, comandadas pelo Almirante francês Pierre Villeneuve foram derrotadas pelos navios britânicos sob o comando do Vice-Almirante Horatio Nelson, que morreu no confronto.

Óleo sobre tela de Joseph Mallord William Turner (1775-1851), acervo da Galeria Tate de Londres.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Carlos Eduardo M. Gama  
Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000  
(21) 2537 6053 / 8896 7122  
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**As Relações Militares Brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial.....6**

*Fernando da Silva Rodrigues*

**“Se pode intentar a Conquista do Rio da Prata”: O Conselho de Guerra, o Conselho Ultramarino e os alvitre para a Invasão de Buenos Aires (1640-1648).....24**

*Marcello José Gomes Loureiro*

**A Escola da Praia Vermelha: espaço de aspirações intelectuais no final do Império.....46**

*Renato J. P. Restier Júnior*

**Uma estratégia contestada: a missão imperial ao Paraguai (1854-1855).....55**

*Fabiano Barcellos Teixeira*

**Livro em Destaque.....73**

# AS RELAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fernando da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

## RESUMO

O final dos anos 1930 foi marcado por uma forte oposição ideológica no cenário mundial. Embora ocorresse um crescimento do intervencionismo estatal, em especial com o fortalecimento de regimes autoritários como o fascismo e o nazismo, os principais países do mundo permaneciam democráticos. No entanto, a influência dos Estados Unidos começou a ser sentida com mais intensidade na América Latina, durante o desenrolar da 2ª Guerra Mundial. Conversações foram mantidas, tendo focos os mais diversos possíveis: relações econômicas; questões estratégicas, como o fornecimento de matéria-prima ou o uso de partes do território; alinhamento de doutrinas militares e fornecimento de tecnologia, tudo objetivando estabelecer uma defesa continental das Américas.

**Palavras-chave:** Guerra – Missão Militar Americana – Política.

## ABSTRACT:

The end of the 1930's was marked by a strong ideological opposition in the world scenery. Though there was taking place a growth of the state interventionism, in special with the strengthening of authoritarian regimes like the Fascism and the Nazism, the main countries of the world were remaining democratic. However, the influence of the United States began to be felt by bigger intensity in the Latin America, during of Second World War. Conversations were maintained, having focuses as different as possible: economical relations; strategic questions, like the supply from raw material or to use of parts of the territory; alignment of military doctrines and supply of technology, completely aiming to establish a continental defense of Americas.

**Keywords:** War – American Military Mission – Politics.

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise de uma parte do processo de

---

<sup>1</sup> Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, Professor do curso de Graduação da UNIABEU Centro Universitário e Pesquisador do PROAPE/UNIABEU.

construção do pensamento doutrinário no Exército Brasileiro, tomando por base as suas relações militares durante os anos 1930 e 1940, principalmente, a partir da chegada da Missão Militar Americana (MMA) em 1934 que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial. Pretendemos ainda, analisar as relações militares de compra de material bélico do Brasil com a Alemanha, a partir de 1939 até 1942, e as relações militares com os Estados Unidos, a partir da implantação de duas Comissões Mistas de Defesa (uma em Washington e outra no Rio de Janeiro) em 1942.

Nesse momento não é nosso objetivo analisar o envio de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, como parte da principal atividade conjunta da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Nem tampouco analisar as tensões políticas e militares resultantes do processo de envio da FEB à guerra, desde as resistências iniciais de americanos e ingleses, a dependência material e doutrinária da unidade combatente brasileira, até a complexa rotina de relações entre os comandos do V Exército norte-americano e da FEB, na Itália.

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, o contexto político mundial poderia representar o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazi-fascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebemos uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América, pela venda de material bélico, o que poderia representar na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil, um Estado forte e estrategicamente importante no contexto político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

A disputa ocorria no campo da aquisição de material bélico; da formação doutrinária do Exército, e da modernização da estrutura militar de ensino.

No entanto, uma análise mais profunda sobre o fato histórico pode revelar que houve um fechamento de olhos das autoridades norte-americanas em relação as atividades estabelecidas entre o Brasil e Alemanha. Essa atividade pode ser percebida como um mal menor, pois, naquele momento, interessava mais os objetivos políticos dos Estados Unidos, que visavam a consolidação de seu sistema de poder na região através do incentivo a união dos países americanos.

Por outro lado podemos dizer que Vargas teria aguardado o desenvolvimento do conflito para comprometer o Estado no momento certo, ao lado do possível vencedor, como expressão de autonomia política de seu governo.

Teoricamente, a guerra total torna a capacidade de autonomia política dos Estados periféricos mais limitados. No entanto, nessa situação de conflito aumenta as possibilidades de barganha dos Estados mais fracos, negociando seus alinhamentos antes que as grandes potências estivessem em condições de impô-los. É neste momento que se abre o espaço necessário para estabelecer melhores negociações entre Estados assimétricos. O maior objetivo do Estado periférico nesse momento é a busca de seus interesses nacionais. Estes tentam maximizar a probabilidade de alcançar seus objetivos, não importando os meios utilizados para isso.

Com relação a produção bibliográfica sobre o envolvimento do Brasil e sua política externa durante a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa mostrou que é bastante extensa. Dos autores que estudados, podemos destacar a obra do brasilianista, Frank Mc Cann<sup>2</sup>, que priorizou aspectos conjunturais como forma de explicar o envolvimento do Brasil no conflito. Mc Cann estudou o Brasil sob um ponto de vista estritamente doméstico, onde a cultura política das elites brasileiras interagiu com a cultura política das elites estrangeiras, sendo que estas relações tornaram-se o objeto básico para se entender a política externa brasileira.

Frank McCann tem como eixo principal de sua análise as relações político-militares do Brasil com os Estados Unidos principalmente durante a Guerra.

Em Gerson Moura<sup>3</sup> o destaque é dado aos fatores estruturais, inseridos no sistema internacional, que delimitam as opções e o campo de ação da política externa dos países.

Sua abordagem teórica é bastante complexa, utilizando uma bibliografia específica do campo das Relações Internacionais, e de análise e descrição da Política Externa do Brasil na época.

A obra é extremamente importante, pois, conjuga as influências sistêmicas com fatores conjunturais, de política interna.

Outra obra destacada mostra o quanto o envolvimento de países periféricos num momento de guerra total é explicado mais por condições do sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação no conflito.

Nesse caso temos o trabalho de Vagner Camilo Alves<sup>4</sup> que contribui no somatório das excelentes produções bibliográficas sobre as relações internacionais e política externa do Brasil na

2 MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

3 MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

4 CAMILO, Vagner (2002). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.



Segunda Guerra Mundial. Podemos destacar na obra o ângulo de análise que utiliza para observar o processo de envolvimento brasileiro no conflito. O argumento utilizado enfatiza o papel estruturante da guerra total.

Seu trabalho dialoga com os argumentos desenvolvidos em estudos como os de Gerson Moura e Frank Mc Cann, que tratam de fatores internacionais e internos na formação da política externa brasileira nos anos 1930 e 1940.

Sua contribuição é bastante inovadora, ao situar o poder de barganha do Brasil com os Estados Unidos no tempo e no espaço, pois, a vitória alemã sobre a França em 1940 inaugura um novo cenário estratégico. Com relação a defesa continental, o Brasil ganhava importância em vista de seu litoral nordeste, visto como ponto para uma possível invasão alemã no continente, ou seja, esse poder de barganha é circunstancial, relativo à conjuntura específica de uma determinada fase da guerra e do peso estratégico do Brasil diante dos objetivos norte-americanos.

### **A CHEGADA DA MISSÃO MILITAR AMERICANA**

Em 1934, foi contratada uma MMA composta por três oficiais, chefiada por um oficial especializado em Artilharia de Costa. Sua atuação se deu primeiro, na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa<sup>5</sup> (CIAC), com sede na Capital Federal, no Forte da Vigia, sendo que provisoriamente, sua sede passou a ser a Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa<sup>6</sup>; e segundo, na Escola Técnica do Exército<sup>7</sup> (ETE).

O contrato com a Missão Militar Americana foi renovado, em 12 de novembro de 1936<sup>8</sup>, nesse momento para cooperar com o Estado Maior do Exército brasileiro, atuando junto a Inspeção de Defesa de Costa<sup>9</sup>, e com Oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento

5 AHEX. Boletim do Exército N. 06, de 31 de janeiro de 1934. Publica o Aviso Ministerial N. 78, de 30 de janeiro de 1934.

6 AHEX. Boletim do Exército N. 10, de 20 de fevereiro de 1934.

7 A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e em 1934 foi instalada na rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

8 *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, p. 212-213.

9 A Inspeção de Defesa de Costa instituída pelo decreto N. 24.287, de 24 de maio de 1934, tinha suas funções acumuladas com as do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar. Assunto completamente novo no Brasil, mal codificado ou apenas em ensaio em outras nações mais velhas em atividades bélicas. A questão profissional foi encaminhada para os Estados Unidos, através do contrato de uma Missão Militar em 1934, renovado em novembro de 1936. Pela grande dimensão de seu território, limitado por um enorme litoral marítimo de configuração multifórmica, servida de inúmeros portos e importantes vias fluviais, os Estados Unidos se colocava em condições de aperfeiçoar um estudo completo e variado sobre o uso da Artilharia de Costa, que serviu aos interesses do Exército brasileiro.

do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A Missão, chefiada pelo General de Brigada *Allen Kimberly* (EUA), tinha também, a seu cargo os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército (ETE), onde deveria auxiliar as respectivas instruções.

A Inspetoria da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil. O problema de direção de fogo foi solucionado com a atuação direta do Capitão W. D. Hohenthal, em 1935, da MMA, com a invenção de um sistema de direção de fogo que foi oferecido ao Exército brasileiro<sup>10</sup>.

O aparelho foi construído em uma oficina de precisão do CIAC, apresentando bons resultados na aplicação do exercício de tiro real, sobre alvo móvel, realizado pelo Forte de Copacabana.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MMA. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observasse a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MMA no ano de 1935, no que diz respeito a transmissão de conhecimentos profissionais e no fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

No CIAC funcionavam três cursos: curso de comando para Oficiais superiores; curso de Capitães e Oficiais subalternos; e o curso de aperfeiçoamento para Sargentos. O primeiro tinha por objetivo formar a direção das unidades de Artilharia de Costa; o segundo, formar os Oficiais comandantes das Baterias e linhas de tiro das unidades de Artilharia de Costa; e o terceiro, formar os Sargentos comandantes de seção de tiro das unidades de Artilharia de Costa.

No entanto, a influência norte-americana começa a ser sentida com maior intensidade a partir de 1939, principalmente, no momento em que já está em andamento a Segunda Guerra Mundial.

Conversações secretas e ostensivas são mantidas por interesses diversos do governo dos Estados Unidos da América e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano.

São iniciadas também, negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual são enviados oficiais brasileiros para aperfeiçoarem seus

<sup>10</sup> AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1936.

conhecimentos profissionais<sup>11</sup>, como também são realizadas visitas de oficiais brasileiros do Alto Escalão para conhecer a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como recebemos a visita de oficiais do Alto Escalão daquele Exército.

Com relação a essa aproximação entre os dois países, podemos destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República. Ou o caso da visita de uma Delegação Militar Brasileira, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, destinada a retribuir a visita da Delegação Militar norte-americana, chefiada pelo General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939<sup>12</sup>.

Segundo Jehovah Motta<sup>13</sup>, a ida desses Oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois Exércitos, pois no retorno esses Oficiais traziam novas idéias sobre a organização, armamento, currículos, mas principalmente padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

No relatório de 1937, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra analisa a situação do Exército brasileiro em relação ao aparelhamento de material bélico. O ministro relata ao presidente da república o problema relacionado a falta de armamento, articulando sua discussão a necessidade de um Estado nacional condicionar suas ações políticas ao poder das armas que possui, não por ambição, nem por simples domínio hegemônico no continente, mas, para salvaguardar o respeito dos outros países. Segundo o General Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade internacional. Destaca ainda, a necessidade de se quebrar a dependência estrangeira, criando-se indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.

O General Dutra, Ministro da Guerra, destacou mais uma vez no ano de 1942<sup>14</sup>, o problema de material do Exército Brasileiro, relacionado, principalmente, com a necessidade da fabricação nacional dos nossos materiais de guerra. Articula a questão do material bélico com a necessidade de grande esforço na organização nacional, que estimulasse o progresso geral. Destaca no seu relatório,

11 AHEX. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939, que autoriza o Ministro da Guerra a enviar, aos Estados Unidos da América, oficiais do Exército brasileiro para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais.

12 AHEX. Relatório do Ministério da Guerra de 1940, p. 40.

13 MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 299.

14 AHEX. Relatório do Ministério da Guerra de 1942.

o patriotismo sadio do povo brasileiro e a riqueza de matéria-prima existente no território.

A produção historiográfica sobre o tema discutido nesse estudo<sup>15</sup> identifica o desenvolvimento e as atividades dos regimes autoritários na Europa como o pontapé para que os Estados Unidos desse maior ênfase aos seus preparativos para uma provável nova Grande Guerra. No contexto de uma política internacional para as Américas, o Departamento de Estado Norte-Americano faz nova avaliação da política da “Boa-Vizinhança” com a América Latina, em termos de colaboração militar. Política baseada no princípio da defesa que inclui não só o território continental dos Estados Unidos, mas também o Caribe; o Alasca e a Terra Nova, ao Norte; e o Nordeste brasileiro e as ilhas Galápagos ao sul.

Diante desta política de defesa continental, o governo norte-americano necessita de mais bases militares, em países estratégicos, que seriam adquiridas a partir de tratados bilaterais especiais. Informalmente, os chefes da defesa dos Estados Unidos preparam planos unilaterais de ocupação dos países estratégicos, caso as propostas diplomáticas falhassem ou houvesse grandes interesses americanos na manutenção da paz interna continental.

No princípio a estratégia elaborada não previa a participação conjunta de tropas latino-americanas e dos Estados Unidos num conflito aberto, sendo os primeiros responsáveis apenas pela defesa do hemisfério, com a contribuição dentro das suas escassas possibilidades, questão que evoluiu posteriormente, com a participação brasileira na guerra.

Com relação ao reconhecimento da importância da América Latina para aquele momento, o Secretário de Estado Norte-Americano Cordell Hull determina a reorganização das seções latino-americanas do Departamento de Estado. Cria-se em 1938, uma Divisão de Repúblicas Americanas que absorveu a Divisão de Assuntos Latino-Americanos e Mexicanos, que coopera com outros órgãos do governo para estabelecer uma boa relação entre os Estados Unidos e a América Latina.

Segundo Frank D. McCann<sup>16</sup>, o presidente Roosevelt deu, em fevereiro de 1938, o primeiro passo ao determinar recursos para constituir uma comissão interamericana para estabelecer uma política de transmissões radiofônicas internacionais que visassem equilibrar, via ondas curtas, a propaganda nazista e em junho é criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado para incentivar cooperação intelectual. Em pouco tempo, as grandes redes norte-americanas tinham

15 CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental. O exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 23-24.  
16 MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 92.

permissão, da Comissão Federal de Comunicação, para transmitir programas em ondas curtas em português e espanhol. Com subsídios do governo, empresas de transporte inauguraram um serviço regular de linhas a vapor de passageiros para o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tão confortáveis quanto os navios alemães que circulavam na costa do Atlântico Sul. A companhia oferecia tarifas especiais a professores e alunos, que fossem passar um ano no país de destino.

A partir de 1938, o Departamento de Estado<sup>17</sup> norte-americano determina a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de vôos frequentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para visitar os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos para Bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

No entanto, o centro de uma discussão para as questões militares, dizia respeito ao envio de armamento moderno, o que tanto desejavam os países latino-americanos, e que poderia gerar o desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva; incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viável aos países latino-americanos.

O preço e a capacidade de pagamento fizeram com que países latino-americanos, a exemplo do Brasil, decidissem voltar seu interesse para a compra de armamento na Europa, principalmente na Alemanha.

### **AS RELAÇÕES MILITARES ENTRE BRASIL E ALEMANHA (1938-1942)**

Em vinte e cinco de março de 1938, uma Comissão Militar Brasileira, firmou contrato de

<sup>17</sup> Ibid, p. 93.

aquisição de grande quantidade de material de Artilharia de Campanha<sup>18</sup>, da Alemanha, no valor de 8.281.383 libras esterlinas. O contrato deve ter sido considerado pelos especialistas militares da época e pela perspectiva do momento, de que a Alemanha estava em melhores condições para o fornecimento do material. O contrato fora assinado com autorização do Presidente do Brasil, entre o Ministério da Guerra e da Fazenda e a firma Fried. Krupp A. G. de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de Artilharia ao Exército brasileiro, e foi classificado como “Absolutamente Secreto”, sendo que, uma das cláusulas, proibia a divulgação do conteúdo do contrato para outras potências.

O resultado desse contrato foi o envio de uma Comissão Fiscalizadora para receber, realizar experiências e ensaios com o material na Alemanha. Além disso, ao analisar os registros militares do Coronel de Artilharia Anôr Teixeira dos Santos<sup>19</sup> do Segundo Semestre de 1940, observasse que fora designado para chefiar a Comissão Militar Brasileira de *Essen*, na Alemanha, para observação e compra de material bélico.

Em 8 de setembro de 1940, a comitiva partiu para Berlim a fim de se apresentar na embaixada brasileira na Alemanha, sendo que no dia 25 de setembro já estavam na cidade de *Meppen* com a finalidade de assistir provas de tiro e realizar o recebimento de canhões de campanha de 75 mm. No dia 10 de outubro seguiram para a cidade de *Weimar*, para visitar as instalações da Fábrica *Gustloff-Werke* e no dia quatro de novembro foram para Frankfurt para visitar instalações da Casa *Matra-Werke* e assistir à recepção de reboque-oficina. Em 11 de novembro foram para a cidade de *Kassel* com o objetivo de visitar as instalações *Henschel-Werke*, e de 26 de dezembro a 31 de dezembro de 1940, ficaram em *Munich* visitando às instalações da Fábrica *Krauss & Maffei*.

No ano de 1941, a comitiva permaneceu em Berlim do dia primeiro de janeiro a seis de janeiro, em visita às instalações da Casa *Siemens-Schuckert*, e tratando de interesses da Comissão, junto à Embaixada do Brasil. Em 31 de janeiro chegaram em *Celsenkirehen* para assistir à recepção das viaturas-munição para material de artilharia 75 mm, regressando em 21 de abril para *Meppen*, para verificar as provas de tiro com os protótipos do obuzeiro de campanha 105 mm, e do canhão de campanha 105 mm. Em 11 de agosto, novamente a Comissão estava em *Meppen* para assistir agora as provas de tiro dos protótipos dos obuzeiros de campanha 150 mm, e 105 mm.

Somente em 29 de janeiro de 1942, sabendo por intermédio da Embaixada do Brasil sobre

18 AHEx. Acervo do EME. Comissão Militar Brasileira em Essen, Alemanha. Contrato publicado pela Imprensa Militar do Rio de Janeiro em 1938.

19 AHEx. Registros do Chefe da Comissão Militar Brasileira, Coronel Anôr Teixeira dos Santos.

o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, foi que a Comissão Militar Brasileira em *Essen* suspendeu os trabalhos e mandou encaixotar os arquivos do grupo que ficou sob a guarda da Casa *Krupp*. Como podemos perceber essa intensa relação comercial entre Brasil e Alemanha com o objetivo de observar e comprar material bélico ocorria em pleno desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, pois somente após o rompimento da relação diplomática, foi que a Comissão retornou ao Brasil.

Além dessa tensão no continente americano, verificasse a tentativa de cooptação das nações estrangeiras, como foi o caso analisado através do ofício Reservado de 09 de janeiro de 1942<sup>20</sup>, do Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro ao Ministro da Guerra, relatando que foi procurado pelo General Major *Niedefuher*, Adido Militar à Embaixada alemã, no Rio de Janeiro, reclamando amistosamente das publicações na imprensa do Brasil, que o dava como Chefe da Quinta Coluna na América Meridional, ou relatando que o Coronel *Naokata*, Adido Militar à Embaixada do Japão, apresentou ao EME boletins sobre resumos de operações de guerra no Pacífico, com os resultados obtidos desde o rompimento das hostilidades nessa área, fornecido pelo Quartel General Imperial de Tóquio.

Podemos entender pelos acontecimentos do período que existia uma grande preocupação dos Estados Unidos da América com as possíveis alianças e ataques dos países do Eixo ao continente americano, fato observado através do ofício Reservado de nove de janeiro de 1942<sup>21</sup> em que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro comunica ao Ministro da Guerra, que foi procurado pelo Brigadeiro-General (EUA) *Lehman Miler*, Adido Militar à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, que o fez ciente do desejo do General *Marshall*, Chefe do Estado-Maior (EUA), de que fosse estabelecido um sistema de vigilância preventivo na região amazônica do Rio Branco, semelhante ao que já havia sido conseguido na Venezuela, Colômbia e Guianas, pelo receio de se preparar por agentes dos países do Eixo atentados ou mesmo ataques à Zona do Canal do Panamá. O adido norte-americano solicitava ainda, informações sobre a região mencionada, sobre campos de aviação e transporte de gasolina, e permissão para um avião dos Estados Unidos fosse até lá em exploração.

20 AHEX. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

21 AHEX. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

## DE VOLTA AOS BRAÇOS DO *TIO SAM*

Com relação às Relações Diplomáticas, podemos perceber que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio<sup>22</sup>, realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942 quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazi-fascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarado por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar a declaração fora aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do eixo. O Brasil rompe as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

Já na preparação da Conferência, vinte e seis países assinam em Washington, como Nações Unidas, a declaração de guerra contra os países do Eixo, em primeiro de janeiro de 1942, o que provoca um protesto argentino ao governo dos Estados Unidos, baseado no fato de que a decisão feria o princípio da “consulta prévia”, consagrado na Declaração de Lima em 1938, o que torna mais delicada a relação da Argentina com os Estados Unidos permitindo ao governo brasileiro, consolidar sua posição de aliado especial, arrancando concessões econômicas e militares dos Estados Unidos, o que poucos países na América conseguiram.

No decorrer da reunião, a delegação norte-americana precisa negociar o apoio de vários países latino-americanos aos seus projetos. Estabeleceram-se acordos bilaterais sobre assistência econômica e financeira, remessa de armas e assistência militar. Foi ainda aprovada uma resolução definindo a cooperação para a proteção das Repúblicas Americanas até que desaparecessem os efeitos do conflito na Europa e no mundo. O Brasil declarou guerra aos países do eixo em agosto de 1942, com a formalização do estado de beligerância<sup>23</sup> de 31 de agosto daquele ano. Em consequência do estado de beligerância que o mundo vivia o Brasil assinou um convênio político-militar com os Estados Unidos da América, em 27 de maio de 1942<sup>24</sup>.

22 O ataque japonês a “Pearl Harbor” em 7 de dezembro de 1941 acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

23 AHEX. Decreto n. 10.358, que declara o estado de guerra contra a Alemanha e Itália.

24 CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (coord.) (1998). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, Salvador: Odebrecht. Vol. 3. p. 164-165. Convênio Político-Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América redigido de acordo com as modificações apresentadas pelo Governo norte-americano, em 27 de maio de 1942.



Em 30 de Dezembro de 1942, realizou-se no Palácio do Itamarati a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente e normal entre as autoridades militares dos dois países. A Comissão foi constituída por três oficiais brasileiros: General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Contra-Almirante Guilherme Rieken, e o Coronel Aviador Carlos Pfaltzgraff Brasil, que nela representavam, respectivamente, o Exército, a Marinha e a Força Aérea do Brasil; e por três oficiais norte-americanos, representantes também de cada um daqueles três elementos da organização militar americana. São eles: para a Marinha, o Contra-Almirante A. Toutant Beauregard e o Capitão-de-Corveta C. W. Lord, para o Exército, o Coronel Francis B. Kane, e para a Força Aérea, o Tenente-Coronel J. C. Selser Júnior.

Em Washington constituiu-se outra Comissão Mista, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas.

Antes disso, em 18 de outubro de 1941, antes mesmo da Conferência do Rio, Brasil e Estados Unidos haviam concluído um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa, com o objetivo de estreitar a cooperação para a segurança do continente.

O convênio acordou o estabelecimento de normas e condições que regulariam o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano, o qual foi assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, e pelo embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, conforme trechos abaixo:

ARTIGO I

- a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões seriam compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.
- b) Estas comissões ficariam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangeriam, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações que pudessem ser previstos.
- c) .....

**Artigo II** – O emprego das forças brasileiras seria dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderiam ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tivessem que participar.

**Artigo III** – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América dariam auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deveriam decidir sobre as medidas preventivas que deveriam ser adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas. Em todos os casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderiam ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

**Artigo IV** – As bases navais e aéreas no território poderiam ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidade nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

**Artigo V** – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderia permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

**Artigo VI** – O Governo brasileiro facultaria ao Governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que careciam em território nacional, para o reaproveitamento e auxílio de suas formações militares.

**Artigo VII** – No caso de agressão ao Brasil por outra República americana que, na opinião do Governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por eles instigadas, os Estados Unidos da América forneceriam ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder daquele Governo. Essa assistência far-se-ia sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houvesse pedido formal do Governo do Brasil, ela se converteria também em cooperação das suas Forças Armadas.

Com relação ao Artigo I, o Embaixador Jefferson Caffery em documento<sup>25</sup> enviado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil formaliza claramente a sugestão do Departamento de Estado norte-americano para a criação em Washington da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, com representações das Instituições militares dos dois países. O embaixador dos EUA coloca ainda, que a Comissão poderia ocupar-se de todos os assuntos técnicos relacionados com a cooperação de defesa, amistosamente e com plena compreensão, em cada caso, das dificuldades peculiares que pudessem existir por parte do Brasil; e também dos armamentos solicitados em várias ocasiões pelo Brasil, formalizando dessa maneira as ações que seriam estabelecidas somente em 1942, com a concretização da situação beligerante do Brasil em relação aos países do eixo.

25 AHEX. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939-1942. Carta do Embaixador dos EUA, de 18 de fevereiro de 1942, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Os outros artigos definem a postura dos Estados Unidos frente as ameaças externas ao território brasileiro e o interesse da estabilização das relações políticas com o Brasil. Os artigos II, IV, V e VI colocados pelo Convênio seriam estabelecidos de acordo com a necessidade política e militar, no decorrer do ano de 1942 até 1945. O artigo VII poderia representar ainda, o aumento da tensão existente entre a Argentina e o Brasil, tensão essa desenvolvida ao longo da história dos dois países, que disputavam a hegemonia sul-americana.

No entanto, fosse porque o Brasil não quisesse entrar prematuramente por um caminho que conduziria ao abandono da neutralidade; fosse porque julgasse remota a ameaça ao território nacional; ou porque considerasse a defesa da região mais de interesse dos norte-americanos do que dos brasileiros, não foram estabelecidas as bases para a definição de um acordo militar que definisse o posicionamento brasileiro, nem mesmo a presença, no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1941, da Comissão Militar Americana, incumbida de estudar, com o Estado-Maior brasileiro, a organização da defesa do território ameaçado, conseguiu resolver a questão pendente. Ficou, assim, retardada a elaboração do plano de cooperação militar, até a ruptura das relações diplomáticas com as potências do Eixo, em 28 de janeiro de 1942.

Como podemos perceber com a documentação analisada, de fato, os primeiros passos dados no Brasil com a finalidade de imprimir cunho prático à cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a defesa do continente foi provocado pela visita do General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939. Dessa visita, como das duas que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro fez aos Estados Unidos, não resultou em um plano coerente de cooperação militar. No campo das promessas ficou o governo norte-americano, de auxiliar o Brasil com material, para dar maior eficácia nas ações que o país tivesse de executar. Promessas do governo brasileiro, de organizar convenientemente a defesa do norte e do nordeste contra possíveis ataques de forças militares dos países do Eixo. Só nas promessas parece ter sido tudo a que se chegou nessa ocasião. Promessas que se foram concretizando através de medidas esporádicas, tomadas para atender à pressão dos acontecimentos, enquanto esperavam a solução conjunta do problema.

Das negociações iniciais resultou a concessão à Panair para a construção das bases no Norte e no Nordeste<sup>26</sup>.

26 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 01. Com relação à história da empresa, a **Panair do Brasil S.A.** foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de *Nyrba do Brasil* para *Panair do Brasil*,

Outras negociações foram conduzidas pelos estadunidenses com o fim de se traçar o plano de defesa da região em que essas bases se encontravam, uma vez que, deslocada, com o consentimento do Estado brasileiro, a defesa estratégica do Canal do Panamá para o Nordeste do Brasil, tinham eles todo interesse que essas bases fossem convenientemente guardadas contra ações diretas ou indiretas, do inimigo eventual.

A questão da defesa estratégica continental pode ser observada claramente no Relatório do Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos ao Secretário da Guerra, relativo aos anos de 1941-1943, que declara, “*ser vital para a segurança do Canal do Panamá que os diferentes caminhos da aproximação, através do território brasileiro, estejam em mão amigas e adequadamente guardados*”<sup>27</sup>.

Como verificamos, foi com a entrada dos Estados Unidos na guerra, seguida da reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, no Rio de Janeiro, que deu à questão um caráter de gravidade aguda, que necessitava urgente solução.

O fracasso das negociações anteriores havia gerado um ambiente difícil para o êxito dos entendimentos. Aliaram-se Brasil e Estados Unidos a novos estudos de cooperação, dos quais resultou o Acordo de 23 de maio de 1942 (Convênio político-militar para regularizar os problemas de defesa), que previa a constituição de duas comissões mista, compostas por militares dos dois países, uma com sede no Rio de Janeiro, e outra com sede em Washington. Para constituir a comissão de Washington, foi designada a Delegação brasileira nos últimos dias de julho, e um mês antes da entrada do Brasil na guerra.

A Comissão Mista de Washington foi instalada, a 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, sendo examinada a partir daquele momento com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas Delegações o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos<sup>28</sup>.

O fundamento dessas divergências nunca foi claramente exposto, mas tudo leva a crer que resultou, em grande parte, na crença, existente entre autoridades militares brasileiras, de que a organização da defesa do Nordeste interessava mais aos Estados Unidos, cuja segurança estratégica

---

em referência à empresa controladora (**Pan American Airways**).

27 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 2.

28 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 4.

serviria. O Brasil deveria tirar proveito da situação para dar um grande avanço na modernização do equipamento industrial e de transporte, como também, obter material bélico destinado à defesa do Sul e do Sudoeste. As negociações falharam, quando levadas por esse caminho. Por demais, não se tinham fixado, em números precisos, com se fazia necessário, desde o primeiro momento, as necessidades de material e efetivo a empregar no Nordeste brasileiro.

As primeiras questões submetidas a estudo na Comissão de Washington consistiram em assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil, recomendações que sugeriam: entrega de 18 aviões A-29 à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; segurança da base militar e regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; e o estabelecimento de enfermarias hospitalares norte-americanas no território brasileiro em que estavam localizadas as Bases utilizadas pelos norte-americanos.

Dos estudos preliminares ficara evidenciada a necessidade de um maior entendimento da Comissão Mista de Washington com as autoridades militares brasileiras, para conhecer-lhes a opinião sobre questões de caráter fundamental no traçado do plano para a colaboração projetada.

Como podemos verificar nessa discussão, o apoio ao governo brasileiro veio principalmente por meio de assuntos militares, apesar do governo Vargas ter se tornado um regime autoritário, após a instalação do Estado Novo em 1937, e dos insinuantes acenos de boa vontade de autoridades brasileiras para com a política nazi-fascista. Roosevelt seguia a tradicional política dos Estados Unidos de reconhecerem governos de *facto*<sup>29</sup>, independente de sua composição política ou do processo como chegaram ao poder.

O interesse do governo norte-americano não era no estado ideológico do governo Vargas, e sim mantê-lo cooperativo e útil aos interesses dos Estados Unidos. E a Vargas, tudo indica que interessava mais sua política nacional desenvolvimentista do que a questão ideológica do seu regime. Havia a necessidade de manter o Brasil longe dos interesses comunistas e fascistas. Vargas se tornou o preferido, o mal menor, melhor que o desconforto de um regime político contrário aos interesses

29 McCANN, Frank D (1995). *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, p. 17.

norte-americanos, dentro do continente.

O contexto da política internacional americana parece um jogo de xadrez, com as apostas de Vargas numa falsa neutralidade, mas com todos os indícios levando-o para o alinhamento com os Estados Unidos da América e o afastando da Europa. Seria o Brasil o principal obstáculo as atividades do Eixo na América do Sul, mas para isso era preciso armá-lo e só os Estados Unidos tinham condições para realizar tal tarefa. O Brasil armado representava a defesa da metade da América do Sul e a certeza da cooperação com a segurança do restante.

Ao final, percebe-se que a intenção norte-americana em apoiar algumas nações latino-americanas, só se deu com a necessidade de manter um ambiente continental estável e favorável à sua atuação no Teatro de Operações da Europa, facilitando suas atividades militares.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou a necessidade de profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando para o fato da necessidade de se adotar a organização e a doutrina militar americana, baseada na motomecanização, para tanto, ainda esperava-se o auxílio dos Estados Unidos da América.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMILO, Vagner (2002). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro.
- *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME.
- MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

- MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



“SE PODE INTENTAR A CONQUISTA DO RIO DA PRATA”: O CONSELHO  
DE GUERRA, O CONSELHO ULTRAMARINO E OS ALVITRES PARA A INVASÃO  
DE BUENOS AIRES (1640-1648)

**Marcello José Gomes Loureiro<sup>1</sup>**

**RESUMO**

No difícil contexto internacional da década de 1640, um dos desafios mais contundentes para a Coroa portuguesa na América era solucionar a crise monetária. Das alternativas políticas do Estado-dinástico português para tal crise, uma era a invasão de Buenos Aires, conforme as sugestões apresentadas por Salvador Correia de Sá e Benevides, ainda em 1643. Outra era a possibilidade de descobrir metais na América. Assim, este artigo examina a conjuntura crítica do pós-Restauração e, em seguida, percorre o delineamento da política ultramarina portuguesa no que se refere à crise monetária, por meio dos pareceres do Conselho de Guerra e do Conselho Ultramarino.

**Palavras-Chave:** Restauração, crise monetária, Rio da Prata.

**A CONJUNTURA CRÍTICA DO PÓS-RESTAURAÇÃO**

Durante a União Ibérica, América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, cujo eixo axial era o próprio tráfico negreiro. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires era os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos.<sup>2</sup> Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, a região do Rio da Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola.

A frágil estabilidade das relações comerciais entre Buenos Aires e as praças atlânticas do Império português, todavia, foi fundamentalmente atingida após a Restauração dos Bragança de

---

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ); editor da *Revista Navigator: subsídios para a História Marítima do Brasil*, publicação semestral da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

<sup>2</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Econômica*. Lisboa: Difel, 1995.



1640.<sup>3</sup> Nessa conjuntura, a situação lusa não era nada simples.

Na Europa, por exemplo, havia necessidade de por fim às guerras com Castela, de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia e de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino.<sup>4</sup> Para suplantar todos esses óbices, era necessário constituir alianças no velho mundo, de modo que os Bragança fossem capazes de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional.

No início do século XVII, havia um equilíbrio de forças precário na Europa. Desde 1618, como ápice das contradições geradas pela reforma e pela contra-reforma, a Europa experimentava os conflitos da Guerra dos Trinta Anos, de motivações materiais e religiosas. Os católicos liderados pela Casa de Habsburgo travaram uma guerra sem precedentes com cidades alemãs protestantes, apoiadas inicialmente pela Suécia e Holanda, mas posteriormente pela França de Richelieu.<sup>5</sup>

Arranjos e rearranjos caracterizaram as frágeis alianças europeias, de acordo com instáveis conjunturas.<sup>6</sup> No início da década de 1640, por exemplo, D. João IV deveria estabelecer avenças com os franceses antes que Filipe IV e Mazarino se entendessem; caso contrário, Portugal seria destruído na península pela Espanha e, sem o apoio francês, no seu Império ultramarino pela Holanda, ou melhor, pela Companhia das Índias Ocidentais. Castela também tentou uma aproximação com os Estados Gerais nos encontros diplomáticos ocorridos em Münster e Osnabrück, de 1643. Excluído Portugal dessas negociações, seu vizinho na península prometia reconhecer como legítimas as ocupações holandesas em Luanda, Pernambuco, Ceilão e Insulíndia, enquanto a contrapartida holandesa seria a preservação do Império espanhol.<sup>7</sup>

Assim, as dificuldades diplomáticas lusas para se obter ajuda contra o seu vizinho na península eram imensas. Portugal não dispunha do apoio nem do Vaticano, porque este estava contundentemente pressionado por Filipe IV. O desafio para a diplomacia lusa era incluir Portugal na mesa de negociações que acabou se consolidando em Vestfália. Para tanto, jogava com os interesses

3 VALLADARES, Rafael. “Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más)”, in *Revista d’Historia Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, nº 15, 1995, p. 103-136; do mesmo autor: “Portugal y el fin de la hegemonia hispanica”, in *Hispania: Revista Española de Historia*. Madri: LVI, núm. 193, 1996, p. 517-539; e ainda: “De ignorancia y lealdad. Portugueses em Madrid, 1640-1670”, in *Torres de los Lujanes*, Revista n 37, 1998, p. 122-134.

4 COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annblume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009, p. 246-249.

5 PARKER, Geoffrey (org). *La Guerra de Los Trinta Años*. Tradução de Daniel Romero Alvarez. Col. Papeles del Tiempo. Madri: Machado Libros, 2004..

6 CORVISIER, André. “A Crise da Europa”, in *História Moderna*. Tradução de Rolando Roque da Silva. 4º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 116-227.

7 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 229-230.

das políticas externas inglesa, francesa e até flamenga.<sup>8</sup>

Não poderia, no entanto, esperar engajamento significativo de Londres, que experimentava uma guerra civil, cujo resultado foi a condenação pelo Parlamento de Charles I à morte.<sup>9</sup> Similarmente, a possibilidade de aliança com os franceses praticamente se esvaiu após a sua vitória na batalha de Rocroi (1643) contra os espanhóis; após este conflito, eles perceberam que não precisavam de contingentes portugueses para fazer frente às forças de Filipe IV. Por outro lado, a insurreição pernambucana que tivera início em 1645 agravava a já sensível relação entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.<sup>10</sup>

Sensível, porque se por um lado Portugal precisou por vezes do apoio flamengo contra a Espanha na Europa, por outro, dependia da reconquista de seus territórios ultramarinos sob domínio batavo para existir. Não poderia provocar um ataque aberto à Holanda, uma vez que a Coroa tinha ciência de que não teria a menor condição econômica e militar de se envolver em um conflito dessa dimensão.<sup>11</sup> Os Estados Gerais das Províncias Unidas também não poderiam agir francamente contra Portugal, pois tinham interesse em preservar o comércio do sal com o Setúbal, fundamental para a sua indústria do arenque.<sup>12</sup>

Com efeito, não era interessante para a Espanha o desenvolvimento de uma guerra permanente contra Portugal, visto que já estava comprometida diplomática, econômica e militarmente na guerra contra a aliança franco-holandesa que se desenrolava na região de Flandres, na península itálica e na Catalunha, rebelada contra Olivares. A conjuntura, que era também muito delicada para a Espanha, fez com que Elliott afirmasse que, por essa época, “*parecia de fato que o conjunto da monarquia espanhola estava à beira da desintegração*”.<sup>13</sup> Apesar de a monarquia compósita ter se expandido de modo singular, Elliott lembra que “*suas linhas de comunicação eram tão frágeis, seus recursos*

8 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 31.

9 HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Ed. Presença, 1985; do mesmo autor, *O mundo de pontacabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Cia das Letras: São Paulo, 2001 e STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa. 1592-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

10 No século XVII, já era comum designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos por Holanda, a mais importante das sete províncias que formavam aquela confederação. MELLO, op. cit., p. 19.

11 Para que se tenha uma noção da defasagem entre o poder naval português e holandês, vale registrar que enquanto os países baixos detinham 14.000 navios e 200.000 marinheiros, Portugal possuía 13 navios e 4.000 marinheiros. Esta defasagem militar era o argumento central do “Papel-Forte”, consulta que o Padre Vieira escreveu com o propósito de assessorar o Rei: se Portugal não podia fazer frente aos castelhanos, como poderia somar ao seu problema os holandeses? MELLO, op. cit., p. 138.

12 Ibidem, op. cit. p. 24 e BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, p. 285.

13 Cf. ELLIOTT, John. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 330.

*limitados sofriam tão intensa pressão da parte de uma guerra que se travava simultaneamente em várias frentes, que havia motivo para temer que uma parte após outra se rompesse”.*<sup>14</sup>

Para os Estados Gerais das Províncias Unidas, em guerra com a Espanha desde 1580, o melhor a ser feito era reconhecer a legitimidade dos Bragança no trono, o que enfraqueceria sua vizinha ibérica no cenário internacional. Mas obviamente que as Companhias das Índias Ocidentais e Orientais pressionavam no sentido oposto aqueles Estados, pois intencionavam manter sua ocupação nas colônias portuguesas do além mar.<sup>15</sup>

Esse impasse interno que existia dentro das Províncias Unidas facilitou aos embaixadores portugueses a obtenção de uma trégua por dez anos, que após avanços e recuos, foi finalmente assinada em 1641. Para as Cias, era interessante ou a paz definitiva ou a continuação da guerra, pois o período de trégua a obrigava a manter as despesas militares, porém sem as compensadoras receitas da expansão de territórios ou mesmo do corso.<sup>16</sup>

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento da dinastia de Bragança, somavam-se inúmeros outros problemas. Tanto no ultramar como no Reino, o primeiro estava vinculado à legitimação da nova dinastia no poder. O que poderia garantir ao novo Rei que os seus domínios não se manteriam fiéis a Filipe IV?

Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam de legitimidade política, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.<sup>17</sup> Em outras palavras, havia necessidade de se redefinir o pacto político entre o Rei e seus vassallos, de modo a neutralizar a lealdade que tinham anteriormente ao monarca espanhol.

O sentimento de vinculação à Coroa era o instrumento primordial que permitia a integração dos distintos grupos que formavam as sociedades de uma monarquia pluricontinental. Tal vinculação, conformada pela segunda escolástica, era, então, a orientação valorativa geral, que viabilizava a sociedade; noutros termos, o Império não podia se entender ou permanecer integrado sem a figura

14 Cf. Idem.

15 BOXER, op.cit., 181.

16 MELLO, op. cit., p. 33.

17 VALLADARES, Rafael. *Portugal y La Monarquía Hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* n° 02, 2005, p. 30-34. Especificamente acerca da justificação necessária para legitimar os Bragança no poder, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327 e FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.

legítima de um Rei.<sup>18</sup> Por isso, na América portuguesa, por exemplo, diversas festas, festas barrocas, eram celebradas com a finalidade de exaltar e construir a imagem do novo monarca.<sup>19</sup>

Acreditamos que a governabilidade do Império pode ser compreendida a partir da análise das relações sinalagmáticas entre o monarca e seus súditos. A lealdade e os laços de submissão que permeiam tal relação eram permanentemente alimentados pelo funcionamento do sistema de mercês. Com origem nas guerras contra os muçulmanos na Baixa Idade Média, esse sistema definia o *pacto político* entre os súditos da monarquia e o monarca e consistia no reconhecimento aos serviços por eles prestados.<sup>20</sup> Assim, por um lado, os súditos prestavam serviços à Coroa, como, por exemplo, participavam de guerras ou financiavam projetos do Estado e, em contrapartida, recebiam mercês, que se traduziam por diversos tipos de prerrogativas, como cargos administrativos, precedências, distinções, isenções fiscais, monopólios, títulos que geravam remuneração etc. Assim, o ato real de conceder, chamado pela historiografia portuguesa de “*liberalidade régia*”, construía uma cadeia de obrigações recíprocas entre o Rei e seus súditos, gerando para esses últimos uma noção de pertencimento.<sup>21</sup>

Esse mecanismo, pautado na justiça distributiva, possibilitava ainda que o monarca criasse e recriasse uma determinada hierarquia social, possibilidade que reafirmava a importância de uma lealdade dessa “*nobreza de serviços*” à casa real.

As concessões efetivadas no ultramar eram uma oportunidade singular para a aristocracia manter ou ampliar as suas fortunas. Em algumas ocasiões, os cargos recebidos como benesses poderiam até mesmo ser vendidos a terceiros, o que foi comum especialmente no Estado da Índia nas primeiras décadas do século XVII e na América espanhola, apesar de a Espanha, ainda no século XVI, minimizar o sistema de mercês, substituindo-o pela negociação de postos.<sup>22</sup>

Toda essa redefinição dos pactos de vassalagem com a Coroa no contexto da Restauração

18 Lawrence Stone acredita que quando ocorre uma Revolução as instituições não detêm mais a crença da sociedade. Na análise do autor, são as instituições que permitem o funcionamento e a permanência do conjunto social. Por isso, Stone afirma que a monarquia só podia ter uma religião: para minimizar as contradições nos sistemas de normas. Sobre este ponto: STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa*. São Paulo, Edusp, 2002, passim e BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002, p. 82. Ver ainda PEREZ HERRERO, op. cit.

19 Acerca das festas da restauração na América, ler o capítulo 7, *Entre Festas e Motins*, da tese de MONTEIRO, op. cit., p. 279-327.

20 Na historiografia nacional, o primeiro a falar de um *pacto político* no Império foi Evaldo Cabral, especialmente no capítulo intitulado “A custa de nosso sangue, vida e fazendas”, in MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Véio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 105-152.

21 OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercês e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, especialmente p 15-38.

22 FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)” in *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, n. 1, 2000, p. 45-122, especialmente p. 70-71.

causou profundas alterações na aristocracia reinol portuguesa. Conforme demonstra Nuno Gonçalo, quase metade das principais casas desapareceu entre 1640 e 1670. Após as guerras, as grandes Casas tituladas do Reino passaram a viver em Lisboa, a partir de então, uma Corte e uma elite fechadas, protegidas pela Coroa. Os Grandes muitas vezes perderam o seu poder militar, mas ganharam influência na Corte, ocupando, por exemplo, postos no Conselho de Estado.

O conceito de nobreza se estendida diante da nobilitação de uma burocracia vinculada a cargos da administração. Havia ascensão social e estratégias para isso: o paradoxal era que os novos nobres intencionavam ascender pelas vias tradicionais, sem causar modificações no conjunto social, como se a sua própria ascensão, *per si*, não o alterasse. A conservação do vocabulário social tendia a promover, no entanto, a sensação de que profundas transformações não estavam se processando. Mas, se essa nobreza civil se alargava, a fidalguia cristalizava-se mais.<sup>23</sup>

Para se buscar uma solução para os diversos problemas ultramarinos, do ponto de vista administrativo, foi criado por decreto o Conselho Ultramarino, em 1642. O Órgão representava um esforço gerencial no sentido de se uniformizar a administração do Império, que afinal estivera durante sessenta anos sob comando espanhol. Em resumo, sua função era fiscalizar, examinar e vigiar, enfim, produzir subsídios para as decisões dos dinastas de Bragança.<sup>24</sup>

Na América, um dos problemas a ser superado pela Coroa era a existência do quilombo de Palmares.<sup>25</sup> Além da independência jurídico-administrativa, Palmares dispunha de uma grande população, estimada por alguns entre dez e até trinta mil habitantes.<sup>26</sup> Acredita-se que o quilombo somente foi destruído, após várias tentativas, em 1694, tendo sido um imenso problema para a administração lusa na colônia.<sup>27</sup> Os custos gerados pela fuga de negros da produção açucareira, bem

23 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2ª Ed. Rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 110-113.

24 Em relação ao Conselho Ultramarino, ver BICALHO, “Nas Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos” in FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima. *A Trama das Redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315, especialmente p. 292; CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino: esboço de sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967, passim; GARCIA, *Ensaio sobre a História...*, op. cit., p. 123-128; RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes” in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169; MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, op.cit.

25 ALENCASTRO, op. cit., p. 238-242; CARNEIRO, Edson. *O Quilombo de Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1958, passim; e FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, passim.

26 FREITAS, op. cit. p. 72.

27 Em 1691, o desembargador do Paço e secretário do Rei, Roque Monteiro Paim escreveu ao Padre Antônio Vieira solicitando parecer sobre a situação de Palmares. Vieira evidenciou que o quilombo não merecia avença. Primeiro, porque seria impraticável converter aquela população ao cristianismo; segundo, porque, se fosse concedido o perdão, deveria ser amplo; mas, se assim o fosse, a América portuguesa estaria perdida. Algum tempo depois, a Coroa tomou medidas que tornavam nítidas as intenções de acabar com o quilombo dos Palmares com base na força militar: nomeou Caetano de Melo

como pelas ações militares demandadas, são incalculáveis.

Em todo o Império, a ameaça holandesa era a mais preocupante. Segundo Boxer, “*com risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que esta longa guerra colonial revestiu a forma de uma luta pelo comércio das especiarias asiáticas, pelo comércio escravagista da África ocidental e pelo comércio do açúcar brasileiro*”.<sup>28</sup> No Oriente, desde 1621, as complicações se agravavam. Com o fim da trégua com os holandeses, neste mesmo ano, eles tomaram a ilha de Banda. No ano seguinte, os persas dominaram Ormuz. Os holandeses pressionaram Macau em 1623 e 1626. Em 1631, os árabes e cafres arrasaram os portugueses em Mombaçaça, recuperada em 1632. Em 1634, em dissonância com a Companhia de Jesus, os japoneses não comercializavam mais com os portugueses em Macau, uma das principais fontes de prata e escoadouro da seda chinesa. De 1637 a 1644, os holandeses bloquearam a barra de Goa e, em 1638, iniciaram a campanha do Ceilão, terminada somente em 1659. Ou seja, as condições da presença portuguesa no Oriente eram péssimas.<sup>29</sup> Assim, os holandeses “*devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo pérsico até ao Japão, e destruíram grande parte da longa cadeia de colônias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma*”.<sup>30</sup> O resultado foi que a Companhia Holandesa das Índias Orientais conseguiu, em poucos anos, retirar dos portugueses o controle dos fluxos mercantis do cravo da Índia e da noz-moscada das Molucas, da canela da costa do Ceilão e da pimenta do Malabar.

Na costa africana, a primeira ação eficaz dos batavos na África foi realizada em 1637, quando, após seis anos de guerras praticamente contínuas no Nordeste, os holandeses sentiam a ausência de negros para as lavouras de açúcar. Enviaram uma expedição a Elmina, porto de embarque de escravos na Guiné, que cedeu após cinco dias de bombardeio. A perda de Angola, de maiores decorrências, foi consumada em agosto de 1641, quando os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital.<sup>31</sup> A Cia das Índias Ocidentais detinha, a partir de então, os lucros do tráfico negreiro: comprava os escravos em Angola por preços que variavam de 40 a 50 florins, revendendo-os nos leilões em Recife por 200 a 800.<sup>32</sup> Desde meados da década de 1630, os batavos enfrentavam

---

e Castro para o governo de Pernambuco em 1693, outorgando-lhe um regimento que estipulava a destruição de Palmares e que lhe permitia despender todos os recursos financeiros necessários, bem como assumir qualquer compromisso com aqueles que colaborassem para a conclusão de tal ação. Acerca do parecer de Vieira, observar FREITAS, op. cit., p. 163-166.

28 Cf. BOXER, *O Império Marítimo Português-1415-1825*. Tradução de Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 118.

29 GODINHO, Vitorino Magalhães. “Restauração” in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

30 Cf. BOXER, *O Império Marítimo...*, op. cit., p. 119.

31 WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: Um Capítulo da História Colonial do Século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938, p. 154.

32 *Ibidem*, p. 487.

o desafio de reinserir a produção açucareira de Pernambuco nas dinâmicas do Atlântico. Ocupar o Nordeste não era sinônimo de explorar a sua produção: havia a necessidade de promover um tráfico regular de escravos africanos.<sup>33</sup>

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de negros à América, os fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Benguela e de São Tomé, importante pela sua produção açucareira. Os holandeses ainda instigavam as populações nativas a se rebelarem contra os portugueses que organizaram uma frágil resistência no interior.

O comércio português no Rio da Prata, por seu turno, desintegrava-se na década de 1640. Sem dispor de escravos para comercializar, os agenciadores desse trato não dispunham de seu mais lucrativo item. Com isso, toda a área que dependia economicamente de Buenos Aires ficava menos irrigada pelo metal branco, havendo, pois, impasse na circulação monetária na Bacia do Prata. A carência de escravos também era problema sério para a produção de metal nas minas potosinas.<sup>34</sup>

Segundo uma advertência enviada ao monarca sobre a “*conseruação do estado do Brazil sem prejuízo de partes com aproveitamento da fazenda Real de Portugal*”, a situação monetária da praça de Salvador era alarmante. Em 1641, estavam há dezesseis meses e meio sendo sustentados os exércitos de Camarão e Henrique Dias, resultando em uma despesa operacional de mais de cem mil réis por dia.<sup>35</sup> Tendo em vista que no Brasil subira o preço do açúcar, e no Reino baixara, os mercadores não o compravam, remetendo a Portugal dinheiro e o açúcar mínimo, suficiente apenas para a liquidação de dívidas.<sup>36</sup> Conforme a advertência, em quatro anos já haviam sido exportados mais de 400 mil réis; e, nesse ritmo, “*a dez patacas por cada pessoa*”, em breve não haveria nenhum dinheiro no Brasil e, por decorrência, soldados para a sua defesa e conservação. Mesmo com os “*efeitos*” da Fazenda Real, como díizimos, imposições sobre o vinho, baleias, mel e aguardentes, vintenas e outras rendas e donativos, era impraticável se sustentar os soldados, que recebiam trinta réis ao dia, sem “*dinheiro, em dinheiro*”.<sup>37</sup> Apesar das “*grandes opresois*” que estavam sendo aplicadas a mercadores,

33 PUNTONI, Pedro. *A Miserable Sorte. Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 131.

34 Informação de Maserati ao Rei de Espanha (janeiro de 1680). *Arquivo Geral de Simancas*: Estado, legajo 7058, doc 14. Apud ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957, p. 91.

35 Auertencia pera conseruação do estado do Brazil sem prejuizo de partes com aproveitamento da fazenda Real de Portugal pera se afeitar dentro de hum anno. Limoeiro de Lisboa, a 29 de março de 1644. *Papeis Politicos – Cod 987 (K VII 3I)*, fl. 490-490 v., in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, doc. 69, p. 33-34.

36 Idem.

37 Idem.

a navegantes e, mormente, ao povo, a solução estava em se enviar quinhentos mil cruzados para o Estado do Brasil, uma metade para a Bahia e a outra para as capitanias do sul. Ainda de acordo com o documento, as moedas deveriam ser cunhadas de forma especial, diferentes das do Reino, para que somente fossem reconhecidas e valorizadas nesse Estado, não sendo assim dele exportadas. Destinar-se-iam a comprar exclusivamente o açúcar, pelo que renderiam cerca entre 50 ou 60% a mais. Ao fim, os quinhentos mil seriam transformados em setecentos e cinquenta mil. Restava apenas obter o dinheiro para o início da operação.<sup>38</sup>

Se as Guerras de Restauração traziam substancial carência monetária em todo o Império, a retração monetária na América, e a decorrente crise de liquidez, era frequentemente explicada pelo desmantelamento do comércio com o Prata. Em um relatório sobre o Reino e o Ultramar, datado de 1643, o Padre Vieira enfatizava formalmente a importância ímpar de Angola, sublinhando a suposta vinculação entre a crise de liquidez por que passava a América portuguesa e o desmantelamento do comércio com Buenos Aires:

O Brasil – que é só o que sustenta o comércio e alfândegas e o que chama aos nossos portos [de Portugal] estes poucos navios estrangeiros que neles temos – com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, cedo não terá açúcar, porque este ano não se recolheu mais que meia safra e no ano seguinte será forçosamente menos.<sup>39</sup>

Não custa ressaltar que Vieira resume neste relatório exatamente os nexos mercantis constituintes do Atlântico ao articular precisamente dois pontos sensíveis para a integração de toda a monarquia pluricontinental: Angola e o Prata.

No Rio de Janeiro, a ausência de metal fazia com que a população recorresse a moedas alternativas, como tecidos de algodão, farinha e aguardente para o tráfico de escravos; para uso interno, primordialmente o próprio açúcar.<sup>40</sup> Houve também uma maior necessidade de moedas de

38 Idem.

39 Cf. “Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”. Lisboa, em 3 de julho de 1643. In VIEIRA, António. *Obras Escolhidas*. Vol. IV. Prefácio e notas de A. Sérgio e H. Cidade. Lisboa: 1951-1954, p. 7-8 e ALENCASTRO, op. cit., p. 224.

40 “Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso fluminense (1650-1750)” in *V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 385-410, p. 389.



cobre<sup>41</sup> para o pequeno comércio.<sup>42</sup>

Na Bahia, a escassez de numerário trazia tensões entre as autoridades locais. Ocorreu que o governador geral, após ter “*levantado*” o valor de face da moeda, tentava pagar uma dívida ao bispo, que se negava a recebê-la nessas condições, exigindo o pagamento na moeda antiga. A celeuma foi até o Procurador da Coroa, que entendeu que o eclesiástico não fazia jus ao excesso que pretendia, sendo conveniente suspender o pagamento e as sanções que imputasse a seus devedores. Em consulta de 8 de março de 1644, a Mesa do Desembargo do Passo endossava a sugestão, o que foi ratificado por D. João IV.<sup>43</sup>

Para agravar a problemática, havia quantidade considerável de moedas espanholas falsas circulando no Rio e em Salvador. Nesse sentido, o Conde de Castelo Melhor, governador geral do Brasil, escrevia, em 5 de janeiro de 1652, ao capitão-mor do Espírito Santo, Manuel da Rocha de Almeida, que “*a principal cópia que de dinheiro que há hoje no Brasil é a fábrica antiga do Perú, donde veio quando os navios desta coroa tinham o commercio do Rio da Prata...*”<sup>44</sup> Com o intuito de tentar fazer frente a isso e à própria crise, as Câmaras dessas cidades recunharam as moedas de ouro e prata, agregando a elas valorização nominal da ordem de 25 a 50% de seu valor original. Uma vez que se suspeitava que a produção de moedas falsas estava centrada no Peru, proibiu-se ainda a circulação de moedas cunhadas naquele vice-reino entre 1647 e 1655.<sup>45</sup> Por tudo isso, os prejuízos eram enormes.<sup>46</sup>

41 A moeda de cobre se prestava mormente ao comércio que envolvia baixos valores. Em Portugal, sua escassez era problema sério, pois seu valor intrínseco, relacionado ao próprio valor do cobre, era superior ao seu valor monetário nominal. Com reduzido valor nominal, havia forte propensão para a sua saída do território luso, para derretimento e recunhagem por outros Estados. Portugal redefiniu seu sistema de pesos e a relação das moedas de cobre com as demais moedas, mas acabava, de um modo ou de outro, arcando com os custos dessa contradição de seu sistema monetário. Sobre este problema, ver LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Coleção História Financeira do Brasil. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979, p. 46; e MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e Atlântico. (1570-1670)*. Tradução de Manuela Barreto. 2 Vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 170-171.

42 SAMPAIO, Antônio Jucá de. “Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso fluminense (1650-1750)” in *V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Caxambu: ABPHE, 2003, p. 385-410p. 391-392.

43 Resolução de D. João IV apoiando a decisões tomada pela Mesa do Desembargo do Passo em consulta de 8 de março de 1644. Decretos, Consultas e Resoluções – Cod. 962 (K VI 27), fl. 664-664v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 67, p. 32.

44 Carta de 05 de janeiro de 1652 do Conde de Castelo-Melhor ao capitão-mor Manuel da Rocha de Almeida, remetendo cópia de carta régia datada de 13 de setembro de 1651, in *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional, Vol III. Rio de Janeiro, 1928, p. 11.

45 LEVY, op. cit., p. 77-78.

46 Sampaio expõe análise interessante acerca da apropriação das circunstâncias de carência monetária pela elite fluminense. Basicamente, segundo o autor, a carência metálica na circulação poderia gerar lucros cambiais a uma pequena parcela de donos de moenda/comerciantes de grosso trato. Para Sampaio, “*o domínio que eles possuíam sobre a estrutura da comercialização permitia-lhes dar as cartas nas relações com os demais grupos da sociedade colonial*”. Além disso, tal domínio ensejava o controle da prata, por meio do entesouramento, mesmo nos momentos de escassez mais aguda. E, “*o fato de que concentrassem em si a pouca moeda de prata existente permitia-lhes fazer a troca do ouro por esta num câmbio bastante vantajoso, superior à cotação oficial*”. Em síntese, compravam e entesouravam a moeda nos momentos de baixa de seu preço, vendendo-as quando houvesse a sua alta. O entesouramento prévio da prata ainda possibilitaria a cobrança de uma espécie de “*ágio*” para aqueles que desejassem passar de uma economia natural a uma economia monetária. Por exemplo, de acordo com uma carta do governador do Rio D. Luís de Almeida, os donos de moendas, ao venderem seu açúcar, “*não acham quem lhes dê de contado, quando os pagamentos são de 12, a dinheiro não passa de*

As perspectivas de restabelecimento do comércio com o Prata, por seu turno, não eram nada otimistas. Em primeiro lugar, temia-se que Buenos Aires sofresse a qualquer instante uma invasão holandesa. E, nesse sentido, nas instruções de 18 de agosto de 1629, dadas à esquadra do general Loncq, que tomara Olinda em 1630, havia determinações claras para se “*seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios*”, já que “*tal cidade no sul [é] tão aproveitável e útil à Companhia quanto à cidade de Pernambuco*”; em seguida, os holandeses “*deverão ainda apossar-se da cidade de Buenos Aires, fortificá-la e guarnecê-la e os bens aí obtidos enviá-los para aqui [Holanda]*”.<sup>47</sup>

Cerca de dez anos mais tarde, em 1641-1642, João Maurício de Nassau insistia acerca da necessidade premente de se ocupar Buenos Aires e uma expedição por ele organizada somente não prosseguiu viagem em virtude da necessidade de enviar reforços à expedição de Brower, que se encontrava no Chile, e das revoltas que estouraram no Maranhão e em São Tomé contra os flamengos.<sup>48</sup>

Assim, em última análise, pode-se efetivamente pensar que a Companhia das Índias Ocidentais tinha planos mais abrangentes que o domínio do nordeste brasileiro. Um ataque a Salvador, por exemplo, fora frustrado em 1638. Além disso, na esfera diplomática, as pretensões pelo controle do comércio hispano-americano e pelas aquisições de metais dele advindas se demonstraram logo evidentes. Por exemplo, em 1646, os fortes grupos mercantis holandeses (liderados pelos de Amsterdã) estavam tão interessados nesse trato que pressionaram os Estados Gerais para votarem a paz com a Espanha, o que se realizou naquele mesmo ano.<sup>49</sup>

A segunda questão que abafava as esperanças de restabelecimento do comércio com o Prata tem a ver com a própria Restauração. No nível das experiências, as relações entre lusos e castelhanos nas praças do ultramar estavam muito confusas e instáveis. Em 20 de dezembro de 1640, com apenas dezenove dias de reinado, D. João IV baixou uma carta régia em que proibia o comércio da capitania do Rio de Janeiro com o Prata.<sup>50</sup> Filipe IV, por sua vez, proibiu as transações com os portugueses e a introdução de negros africanos nas Índias de Castela. No ano seguinte, vários portugueses vindos da

7”. Em outras palavras, se exigissem o pagamento pelo seu açúcar em dinheiro, seu preço cairia. A “*nobreza da terra*” não teria prejuízos, pois freqüentemente estava imiscuída entre os mercadores. SAMPAIO, “Crédito e Circulação Monetária na Colônia...”, op. cit., p. 394-396.

47 Cf. Instruções dadas ao General Hendrick Cornelissen Lonck”, BSN. Apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e Cultura do Norte do Brasil*. 2ª Ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 45. Ver ainda comentários pertinentes em BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961, p. 64.

48 BOXER. *Os Holandeses...* op. cit. p. 207 e ALENCASTRO, op. cit., p. 224.

49 MELLO, *O Negócio do Brasil...* op. cit., p. 74.

50 SILVA, J. J. de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Vol de 1640 a 1647. Lisboa, 1856, p. 11.

Bahia no navio Nossa Senhora do Porto foram condenados à morte em Buenos Aires.<sup>51</sup>

Mas em 2 de fevereiro de 1641, D. João IV assinou um alvará incentivando aos portugueses introduzirem escravos africanos de Cabo Verde e Guiné na hispano-América, praticamente anulando sua carta régia de 20 de dezembro de 1640. O alvará foi ratificado pela Apostila de 28 de março de 1641, que estendeu a permissão aos escravos oriundos de Angola; e confirmado novamente por outro alvará de 1 de julho de 1647.<sup>52</sup>

Na Corte, acreditava-se que o comércio com Castela, em que pese a guerra, era necessário para o alívio da Fazenda Real. Em 1641, o Marquês de Montalvão escrevia a D. João VI um parecer sobre um papel que lhe dera António Cavide. Consubstanciam-se nele quatro pontos. Primeiro: as perdas da Fazenda Real e dos vassallos de Sua Majestade por não haver comércio com Castela. Depois, falava-se da utilidade desse comércio, pelo que as drogas da Índia, açúcar do Brasil e escravos de Angola seriam trocados por prata. O terceiro ponto tratava da necessidade de se criar um ofício para este trato. E o último sugeria que o encarregado do tal ofício retivesse um por cento de todo o comércio.<sup>53</sup> Perceba-se como o Prata aparecia na gestão portuguesa vinculado ao Brasil, Angola e Índias.

Assim, diante de todas essas complexidades, pertinentes não somente ao Reino, mas também ao ultramar, a monarquia portuguesa se defrontava com um enorme problema de gestão do Império. *Gestão* aqui não pode ser confundida com a adoção sistemática de uma política estatal raciológica que se traduza por uma espécie de administração pública weberiana. Ao contrário, conforme explica Nuno Gonçalo Monteiro, não é adequado falar de *governo* em Portugal para o período em questão.<sup>54</sup> Em uma cultura política marcada pela auto-regulação de cada órgão consultivo, a gestão se traduz pelo próprio diálogo entre tais instâncias de poder. Assim, *gestão* é utilizada neste texto com essas ressalvas.

## A ESCOLHA DE CAMINHOS PARA A GESTÃO DO IMPÉRIO

51 ALMEIDA, op. cit., p. 84.

52 Alvará de 2 de fevereiro de 1641; apostila de 28 de março de 1641 e alvará de 1 de julho de 1647. In SILVA, J. de Andrade, op. cit., vol. de 1640 a 1647, p. 458-459 e 330-331.

53 Parecer do Marquês de Montalvão enviado a el-Rei sobre o papel que da sua parte lhe dera António Cavide e o qual tinha quatro pontos. Lisboa, a 12 de novembro de 1641. Papéis Vários, t. 34 – Cod. 976 (k VIII Ir), fl. 147-148v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 57, p. 28.

54 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2ª Ed. Rev. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 20.

De qualquer modo, o fato é que a Coroa precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões, viabilizar projetos. Assim, discutia-se nas instâncias consultivas do Estado-dinástico português a política ideal em busca de metais na América para se por termo à crise monetária decorrente de toda essa conjuntura. Ainda na década de 1640, duas alternativas axiais, mas não dicotômicas, nem sequer excludentes, logo se evidenciaram. A primeira, mais explícita e incisiva, consistia em uma invasão militar direta a Buenos Aires para a apreensão do lucrativo comércio que, por essa época, sobrevivia apenas na narrativa. A outra opção era a organização de expedições para procura de minas rentáveis no território americano.

As duas alternativas tinham grandes defensores e inimigos em Lisboa. Por exemplo, em outubro de 1642, François Lanier, que era agente francês em Portugal, informava por carta a Paris que havia murmúrios na corte lusa de que se planejava uma invasão militar a Buenos Aires.<sup>55</sup>

Há indícios de que os espanhóis realmente temiam um ataque português a indefesa Buenos Aires. D. Juan Lizarazu, presidente da audiência de Charcas, registrou tal receio em um documento datado de 1638, por exemplo. Pela mesma época, o padre Montoya divulgava em Madri que o desejo efetivo dos paulistas na batalha de Mbororé era dominar Buenos Aires e o Peru.<sup>56</sup> Observando-se os escritos dos jesuítas espanhóis que viviam no Prata do século XVII, percebe-se ser uma constante seu receio das ações bandeirantes em áreas de jurisdição espanhola. Em resumo, pode-se dizer eles enfatizavam a possibilidade de uma abertura do caminho ao Peru, o que prejudicaria não somente o comércio realizado pelos negociantes de Lima, mas também a fé, devido à entrada de cristãos-novos; enfatizavam, em complemento, a possibilidade de ocupação do Paraguai e mesmo do Peru, bem como a perda de regiões ainda não colonizadas e um possível ataque a Buenos Aires. Um exemplo significativo disso é o memorial escrito em 1639 pelo padre Montoya ao Rei de Espanha. Para o padre, que era Superior da missão do Guairá, o objetivo dos paulistas era “... *abrir camino y paso a la villa Imperial de Potosí*” e que por isso eles destruíam as cidades e reduções indígenas “*solo com animo de limpiar el dicho camino para pasar libremente al Peru*”.<sup>57</sup>

55 BOXER, *Salvador Correia...* op. cit., p. 185-186.

56 Durante uma semana de março de 1641, trezentos paulistas e seiscentos arqueiros tupis de Manuel Pires e Jerônimo Pedroso de Barros foram derrotados na ribanceira do rio Mbororé, tributário do rio Uruguai, por 4 mil guaranis comandados por Domingos de Torres, jesuíta espanhol e ex-militar de carreira. Os guaranis possuíam trezentas armas de fogo, além de pequenos canhões chamados por eles de “tacuaras”. Em referência à batalha de Mbororé, ver PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943, p. 120-132; ELLIS Jr., Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934, p. 176-182 e ALENCASTRO, op. cit., p. 208.

57 Cf. *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Rio de Janeiro, Editora Biblioteca Nacional, 1951, p. 430-433. Apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965. , p. 104. Ver também ALMEIDA, op. cit., p. 279.

Se isso fosse verdadeiro, haveria a facilidade de viverem na região platina e na província do Tucumán um número expressivo de portugueses.<sup>58</sup> Em virtude dessa expectativa, o Vice-Rei em Lima, D. Pedro de Toledo e Leyva, determinou que fossem desarmados todos os portugueses que vivessem nas regiões supramencionadas, devendo ainda os homens ser remanejados para o interior do Tucumán ou mesmo para o Chile, medida essa que, ao que parece, não teve efeito. O Vice-Rei ainda providenciou um reforço para Buenos Aires, com soldados e alguns canhões.<sup>59</sup>

Por outro lado, como um exemplo da outra opção da Coroa, vale dizer que, em 30 de maio de 1642, Salvador Correia de Sá e Benevides dava notícias ao Rei das minas que tanto se procurava em São Paulo, “*cuya amostra entreguara ao mestre g.<sup>o</sup> Hemriquez*” e solicitava autorização para “*se bater moeda*”, pois seria esse o “*total remedio de este estado*”.<sup>60, 61</sup> Em outra carta, datada do mesmo dia, Salvador de Sá, em nome do “*servyço Real e do bem comum*”, oferecia-se “*de novo com pessoa e faz.<sup>a</sup> ao emtabolamento das Mynas*” e ratificava o pedido de se cunhar moeda, “*poys Redumda em muyta utilydade e acresemtamentos da faz.<sup>a</sup> Real*”.<sup>62</sup> D. João IV determinou que a dita carta fosse remetida, para consulta, ao Conselho da Fazenda. Quanto à amostra remetida da América, esse Conselho sugeriu que se fizesse “*delig.<sup>a</sup> e ensayo nella*”; quanto à questão monetária, o Conselho não encontrou “*resão de conveniencia pera se bater moeda no brasil*”.<sup>63</sup>

Nessas minas se depositava grande esperança na Corte, tanto que dois anos mais tarde, um alvará de D. João IV estipulava que a vintena do ouro nelas explorado seria concedida à Rainha D.

58 Sobre os portugueses no Prata: CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (1580-1650)*. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2007.

59 BOXER. *Salvador...* op. cit. p. 185.

60 Salvador Correia de Sá e Benevides, sem dúvida alguma, foi o mais emblemático de todos os homens que passaram pelo Rio de Janeiro colonial. Filho de espanhola, era descendente de governadores do Rio de Janeiro. Pertencia assim a mais ilustre família dos conquistadores da terra. Seu pai, Martim de Sá, primeiro governador fluminense nascido na cidade, dirigiu a capitania por duas vezes (1602-08 e 1623-32). Ainda exercia a governança quando Salvador ascendeu a um posto importante no Prata. Por escolha do capitão D. Luiz de Céspedes Y Xeria, marido de sua prima e governador do Paraguai, Salvador recebeu o comando das tropas lançadas contra os índios paiaguás e os guaicurús malocados na margem oeste do Paraguai. Feito mestre de campo das forças do Alto Paraguai, ele acometeu as tribos calchaquis e aliou-se aos *encomenderos* que pilhavam *pueblos* cristãos. Nessa altura, Salvador de Sá se casou com Catarina de Velasco, viúva de um rico proprietário espanhol do Prata, filha de D. Pedro de Ugarte, governador do Chile, sobrinha de Don Luís de Velasco, Vice-Rei do Peru. Desse modo, enquanto Salvador iniciava sua ascensão política no Rio, aparentados seus assumiam cargos importantes na hispano-América. Com tudo isso, estavam muito bem ramificadas as suas cadeias de interdependência. Acerca de Salvador de Sá, a melhor obra é a de BOXER, *Salvador Correia...* op. cit. Sobre as redes clientelares que se ramificavam para além de sua região originária, conferir: FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim; Mafalda Soares da Cunha. (Org.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. 1 Ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, ICS - Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 133-169.

61 Carta do Governador Salvador Correia de Sá e Benavides, dirigida ao Rei, na qual se refere aos processos judiciais, à partida, em 1 de maio, da frota a cargo de D. António Ortiz de Mendonça, a seu tio Duarte Correia e a seu pai Martim de Sá. Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1642. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº 216.

62 Carta de Salvador Correia de Sá, para o Rei, na qual se refere à partida da frota a cargo do Capitão Martins Madeira, à tomada de Angola, à falta de armamento e munições para a defesa da praça do Rio de Janeiro, ao socorro que enviará para a Baía, etc. Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1642. AHU, Rio de Janeiro, Caixa nº 2, doc. nº 223.

63 AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº 216.

Maria de Saboya, para a despesa de sua casa, não sendo ultrapassada, porém, a quantia anual de cinco mil cruzados.<sup>64</sup>

Paralelamente, insistia o Rei para que o governador-geral Antônio Teles da Silva envidasse os seus esforços para reabrir o trato com Buenos Aires, “*para se abster de todo o acto de hostilidade contra os Castelhanos do Rio da Prata*” e “*para procurar a introdução de seu Commercio*”.<sup>65</sup> O governador chegou a enviar um navio, de que era Capitão David Ventura, mas “*que não logrou a jornada*”.<sup>66</sup>

Para tornar mais complexas as decisões da Coroa nessa conjuntura crítica, havia “*justos receios*” de que os holandeses intentariam a ocupação da Bahia, o que os tornaria “*de todo S.<sup>res</sup> do Estado do Brasil*”.<sup>67</sup> Em uma Consulta do Conselho da Guerra de 1643, assinada por Jorge de Mello, o Conde de Penaguião e Álvaro de Souza, recomendava-se ao Rei que “*com toda a mayor brevidade possivel se envie socorro de g.<sup>te</sup> e munições ao gov.<sup>or</sup> do Brasil*”, dando-lhe ordens para que, antes, pusesse a cidade em plena prontidão. Sugeria também a consulta que fossem enviados contingentes das Ilhas dos Açores, Madeira e São Miguel, recebendo dois mil réis cada soldado, de modo que o governador da Bahia pudesse dispor, ao fim, de cerca de mais mil homens.<sup>68</sup>

Similarmente, lembrava o Conselho da Guerra “*que com a mesma brevidade se deve acudir Angola*”.<sup>69</sup> Na verdade, o Conselho percebera perfeitamente o ponto nervoso da dinâmica mercantil das rotas do Atlântico, e nesta matéria era sobremaneira taxativo: “*porq. sem Angola não se pode sustentar o Brazil, e menos Portug.<sup>l</sup> sem aquelle Estado*”.<sup>70</sup>

Tal opinião circulava com frequência na Corte por esta época. Vieira escreveu ao Marquês de Nisa em agosto de 1648 que “*Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros*”.<sup>71</sup> Teles da Silva

64 Além dessa mercê, a Rainha receberia 200 quintais de drogas das Índias, sendo sempre a terça parte em pimenta, 500 quintais de pau-brasil e 500 arrobas de açúcar branco, também do Brasil, tudo livre de direitos e fretes. Cf. Memórias da Rainha D. Maria de Saboya – Cod. 963 (K VII 4), fl. 82-82v.; fl. 163-163v.; fl. 170-171v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*.

65 Registo de uma Provisão de que o Conde de Athouguia, Governador e Capitão Geral deste Estado, que se passou, a Domingos Vieira Veigão em que lhe manda levantar o seqüestro que os Ministros da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo fizeram no seu Pataxo e fazendas, e Gonçalo Lopes Castelhana que ambos ali aportaram em Buenos Ayres. Baía, a 22 de agosto de 1656. In *Documentos Históricos*. Vol. XIX, op. cit., p. 58-63; citação na p. 59.

66 Idem, p. 60.

67 Consulta do Conselho da Guerra sobre os justos receios de que os holandeses tentassem a ocupação da Baía, o que os tornaria senhores de todo o Brasil, e a urgente necessidade de tomar as devidas providências para os repelir no seu ataque àquela praça. Évora, a 17 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº 243.

68 Idem.

69 Idem.

70 Idem.

71 Cf. Carta ao Marquês de Niza, a 12 de agosto de 1648, in VIEIRA, Antônio. *Cartas de Antônio Vieira*. São Paulo: Globo, 2008, p. 190-192.

reforçava essas impressões ao escrever ao Rei:

Angola, Senhor, está de todo perdida, e sem ela não tem Vossa Majestade o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham em seus açúcares.<sup>72</sup>

O Conselho da Guerra sugeria ainda que o monarca consultasse Salvador Correia, “*q tem gr.<sup>de</sup> expriença e conhecimento das coussas*”, para que desse um parecer sobre como não somente “*remediar os danos prezentes, e futuros*”, mas ainda sobre o modo como se fazer entrar pelo Rio de Janeiro “*algúa prata neste Rey.*”<sup>73</sup> Por fim, o Conselho recomendava que o parecer de Salvador desse entrada no Conselho da Índia, “*q. V.Mag.<sup>de</sup> agora mandou erigir*”, para consulta.<sup>74</sup> Pelo despacho à margem da Princesa Margarida, Salvador deveria providenciar o parecer e o Conselho em seguida deveria votá-lo, pelo que subiria novamente para a decisão.

Assim, nesse contexto difícil da década de 1640, Salvador Correia de Sá e Benevides fora então convidado a se pronunciar formalmente acerca de questões fundamentais à conservação e à defesa da monarquia aristocrática portuguesa. Salvador dividiu seu parecer em três documentos. O primeiro deles era referente à melhor maneira de se reabrir o comércio com Buenos Aires, de forma que fosse imediatamente reativado o trato com esse porto e, conseqüentemente, restabelecido o fluxo de Prata em direção à América portuguesa. O segundo era atinente à situação de Angola, então dominada pelos batavos desde agosto de 1641. E o último dizia respeito ao nordeste brasileiro, invadido desde 1630.<sup>75</sup>

Em relação a se reabrir o comércio com Buenos Aires, Salvador respondeu que “*no estado prezente o acho dificultozo*”, em virtude da impossibilidade de se obter escravos africanos, devido à ocupação holandesa em Luanda.<sup>76</sup> Segundo o seu parecer, esses negros eram “*a mercadoria q. os castelhanos mais necessitão*”.<sup>77</sup> Suplantada, antes, essa dificuldade, aconselhava que Buenos Aires em seguida fosse militarmente conquistada.

Para tanto, deveriam zarpar do Rio de Janeiro e de São Vicente navios mercantes com cerca de seiscentos homens, incluindo-se índios. Salvador indicava como comandante da força-tarefa D.

72 Cf. *Ibidem*, p. 222.

73 *Idem*.

74 *Idem*. Interessante destacar a forma como o Conselho de Guerra se referiu ao Conselho Ultramarino nesse caso.

75 BOXER, *Salvador...* op. cit., p. 183-184.

76 Informações de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca do modo como se poderia abrir o comércio com Buenos Aires. Évora, a 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº 245.

77 *Idem*.

Antônio Ortiz de Mendonça, segundo ele “*fidalguo de muyta experyemysa e Servyços*”.<sup>78</sup> O efeito desejado dessa ação dependeria, simplesmente, da prática mais basilar e costumeira da cultura de serviços do contratualismo português de Antigo Regime. Nas palavras do próprio Salvador: “*o efeito sera de m.<sup>to</sup> q. V. Mag.<sup>de</sup> mande prometer merces de habitos e foros aquem levar tanta gente (q. conforme a ella sera a merce) ou embarcação, hua ou outra cousa a sua custa*”.<sup>79</sup>

Preocupou-se em registrar que a ação militar não poderia causar instabilidade na cidade, a fim de não desorganizar o comércio. Nesse sentido, não se deveria “*dar molestia aos moradores, nem tão pouco consentir q. se mudem dali com suas familias*”.<sup>80</sup> O comércio deveria ser logo incentivado.

Uma fortificação deveria ser erigida com peças da Bahia, tijolos do Rio de Janeiro e cal, “*q. há barata*”, em São Vicente.<sup>81</sup> Em complemento, paulistas e seus índios se deslocariam por terra “*sobre o Paraguay, porq. he aparte de donde pode decer pello rio abaixo mais socorro aos m.<sup>res</sup> de buenos aires*”.<sup>82</sup> Esses paulistas e a sua gente deveriam ter um capitão próprio, eleito entre eles, pois, se não, ninguém os poderia efetivamente comandar.

Tal empreitada traria vantagens a curto e médio prazos, posto que instantaneamente haveria “*m.<sup>to</sup> proveito em carnes para o sustento dos Prezídios do Brazil, e em courama*”, itens fundamentais para a conservação da capacidade logística de combate na guerra contra os flamengos no nordeste, ao passo que posteriormente se impediria o comércio de Castela no Atlântico, bem como estaria “*a estrada aberta ate Potosi com facilidade*”.<sup>83</sup> Essa podia ser uma boa oportunidade para Salvador e seu bando reaver seus lucros no Prata, de modo a saldar seus prejuízos, que deveriam ser imensuráveis há algum tempo.

Quanto ao domínio dos holandeses em Angola, Salvador Correia sugeria que fosse aproveitada a amizade existente com os negros jagas, muito temidos, “*porque comem carne humana*”.<sup>84</sup> Em seguida, deveria ser enviada tão logo uma expedição de seiscentos infantes, dentre eles “*yndios frecheiros*” comandados por paulistas, que deveriam desembarcar em um ponto da costa onde não houvesse a presença holandesa, juntando-se, posteriormente, aos focos de resistência lusa no interior. Mais uma vez, Salvador falava da importância de o Rei distribuir “*merces como são habitos de Santiago e Avis*

78 AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº 216.

79 AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº245.

80 Idem.

81 Idem.

82 Idem.

83 Idem.

84 Informação de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca da situação de Angola. Évora, a 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc nº 246.



*e alguns foros de cavaleiros fidalgos as pessoas que a sua custa levare tantos indios*”.<sup>85</sup>

O ponto primordial de seu papel incitava a Coroa para que “*logo logo mande acudir aquelle Reino*”, já que era muito sentida “*a falta do comercio de Angola porque sem ella se prejudica m.<sup>to</sup> as fazendas do brazil e se aniquila o aumento da Real fazenda assi no brazil como neste Reino*”.<sup>86</sup>

O parecer de Salvador de Sá se aglutinava, sem paradoxo, a muitos outros registros disponíveis ao monarca. Inclusive às opiniões dos membros do Conselho de Guerra e do Padre Antônio Vieira.

Finalmente, no que se refere à necessidade de expulsão dos holandeses de Pernambuco, Salvador assessorava o Rei a ordenar secretamente ao governador da Bahia a autorizar “*com disimulação*” todos que desejassem “*ir a Roubar e queimar a campanha de Pernambuco*”.<sup>87</sup> Segundo o parecer, isso ampliaria os custos de permanência dos holandeses no Nordeste, incentivando-os a negociar a venda das áreas em seu poder a Portugal, “*ainda que por isto se lhe dera cantidade [de dinheiro] consideravel*”.<sup>88</sup> A Coroa levantaria os fundos necessários ao desembolso nos dois lados do Atlântico, em vez de permanecer despendendo tantos gastos em defesa militar-naval.<sup>89</sup>

O interessante é que os três pareceres dados por Salvador Correia de Sá retornaram para avaliação no Conselho da Guerra. Um dos Conselheiros, o Conde de Penaguião, afirmou serem “*bem consideradas as razões q. Salvador Correia apponta para se introduzir [o comércio com Buenos Aires] e se conforma co 'ellas*”.<sup>90</sup> Só ressalvava o fato de se empregar seiscentos homens da América portuguesa, que afinal experimentava a guerra, e sugeria, por seu lado, que esses homens viessem das Ilhas Atlânticas, “*por a gente dellas se inclinar mais a hir servir nas Conq.<sup>tas</sup> daquelle Estado que nas guerras deste Rey*”.<sup>91</sup> Jorge de Mello, outro Conselheiro, endossava o ponto de vista do Conde e lembrava ao Rei que essa empreitada de Buenos Aires já fora, antes, confiada a Luiz Barbalho Bezerra, governador do Rio de Janeiro. Contudo, fez valer as informações e meios apresentados por Salvador de Sá, a ponto de recomendar que seu parecer fosse comunicado a Luiz Barbalho, posto que “*lhe poderão facilitar o que há de obrar*”.<sup>92</sup>

No que se refere à reconquista de Angola, “*se conforma o cons.<sup>o</sup> em tudo com o q. Salvador*

85 Idem.

86 Idem.

87 Informação de Salvador Correia de Sá e Benavides acerca da forma como se poderia perseguir os holandeses no Brasil. Évora, em 21 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa n° 2, doc. n° 247.

88 Idem.

89 Idem.

90 Consulta do Conselho de Guerra sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para acudir Angola, para remediar os danos causados pelos holandeses e para conseguir o abastecimento do comércio com Buenos Aires. Évora, a 24 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa n° 2, doc. n° 244.

91 Idem.

92 Idem.

*Correia propoem*”.<sup>93</sup> A dissonância entre a percepção de Salvador e a do Conselho somente pode ser verificada na questão dos holandeses no nordeste. Contrariamente ao sugerido por Salvador, o Conselho optou por recomendar ao Rei que procure a solução para a saída dos holandeses, “*gente tão prevenida*”, por via diplomática.<sup>94</sup>

Perceba-se como a questão foi priorizada de forma contundente nas instâncias de poder da Coroa. A primeira Consulta do Conselho da Guerra está datada de 17 de outubro; as respostas de Salvador, de 21 de outubro; enquanto a nova Consulta do Conselho da Guerra de 24 de outubro.

Os pareceres não se encerraram no Conselho de Guerra, entretanto. Em abril de 1644, o Conselho de Estado se reuniu para tratar do assunto. Apesar de ignorarmos os votos de seus membros nesta ocasião, sabe-se que o Conde da Torre escreveu um parecer ratificando o seu próprio uma semana após.<sup>95</sup>

Antônio Paes Viegas, secretário particular de D. João IV, e que se envolvera nas conspirações a favor do golpe de 1º de dezembro de 1640, também escreveu dois papéis acerca da problemática. No primeiro, lembrava que os holandeses estavam muito seguros em Angola, não havendo quem os “*inquietasse*”.<sup>96</sup> Tinham negros para si, para comercializar com os castelhanos e para os seus engenhos de Pernambuco. Produziriam muito mais açúcar que os portugueses na região; ao passo que, quando acabassem os negros ainda existentes nas possessões americanas, não os seria possível suprir, ficando o Brasil “*em miseravel estado*”.<sup>97</sup>

No segundo, defendia que D. João IV deveria enviar o quanto antes uma armada ao Rio de Janeiro e dar ordens a Salvador Correia para que procurasse não apenas “*entabolar as minas e ouro de lauage*”, mas ainda que amealhasse mantimentos e gente “*que melhor aturasse os ares de Angola*” para a sua reconquista, conforme sugeriu.<sup>98</sup> Se possível, deveria retornar com negros africanos à América portuguesa, mantendo no Rio de Janeiro essa força naval pronta para prestar novos socorros ao outro lado do Atlântico, contra os holandeses ou contra o Rei do Congo. Ou, então, a armada poderia saquear Buenos Aires, “*com que largamente se pagarião os gastos dela*”. Naquele porto

93 Idem.

94 Idem.

95 Parecer do Conde da Torre (de acordo com o voto que na semana anterior dera no Conselho de Estado) sobre o socorro que se mandaria a Angola. Lisboa, a 26 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 502-503v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 70, p. 34.

96 Parecer de Antônio Pais Viegas sobre o socorro a enviar a Angola. Cabo Ruivo, a 27 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 499-499v, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 71, p. 35.

97 Cf. Idem.

98 Parecer de Antônio Pais Viegas sobre a recuperação de Angola. Cabo Ruivo, a 28 de abril de 1644. Papeis Politicos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 500-501, in *Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, doc. 72, p. 35-36.

poderiam trazer muito cobre, que Salvador Correia dizia haver em abundância. Esse plano trazia dois inconvenientes: o esforço de se prontificar uma força-tarefa e o risco de se desgarnecer o Reino.

Pouco tempo depois, o padre Vieira pressionava o monarca no mesmo sentido de Salvador Correia. Segundo o jesuíta, os paulistas deveriam invadir a Bacia do Prata, tomar várias de suas cidades e conquistar as minas do Peru, “*com grande facilidade e interesse nosso, dano e diversão de Castela*”.<sup>99</sup> Em uma carta ao Marquês de Niza, que era membro do Conselho de Estado, Vieira detalhava os seus planos, sugerindo ao Marquês que escrevesse ao Rei, como ele próprio o faria:

se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados [pelos] de São Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas.<sup>100</sup>

O projeto esboçado por Salvador de Sá, entretanto, não se concretizou neste momento. Após mais de sete meses do parecer do Conselho de Guerra, os membros do Conselho Ultramarino Jorge Castilho, Jorge de Albuquerque e João Delgado, afirmaram que quanto a Angola “*tem V. Mag. de rezolutto o que fazer*”, forte e claro indício para se supor que a decisão já estivesse tomada antes do aconselhamento; sobre Buenos Aires, lembrava-se que o governador-geral António Teles da Silva já tentara abrir o comércio, sem consegui-lo. E que não convinha “*em tempo de tantos apertos*” abrir novas frentes de guerra. Para o Conselho, Portugal deveria direcionar esforços diplomáticos, econômicos e militares para resguardar o que lhe sobrava no ultramar, defendendo suas possessões de espanhóis e holandeses. No que se concerne ao nordeste brasileiro, não se menciona a via diplomática, conforme orientação do Conselho da Guerra, mas o envio de quinhentos homens das Ilhas Atlânticas.<sup>101</sup>

Por meio da análise dos diferentes assessoramentos de que dispunha o Rei nesse momento, podemos perceber como sua decisão era o resultado de um longo processo administrativo, em que a participação dos conselheiros mais experientes do reino era fundamental. As decisões eram gestadas em Conselhos, dotados de autogoverno e constituintes de um poder polissinodal, típico de

99 Cf. VIEIRA, António. “Papel Forte”, in *Obras Escolhidas*, Vol III, p. 105. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 100.

100 Cf. *Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo*, p. 122. Vieira apresentou na Corte outras idéias radicais a fim de tentar levar ao fim a crise em Portugal. O padre e outros assessores mais próximos de D. João IV, com o fito de obter ajuda militar da França, assessoravam o Rei a vir para o Brasil. A regência de Portugal seria dada ao Duque de Montpensier, cuja filha se casaria com o príncipe português D. Teodósio. Vieira foi inclusive à França com esta finalidade. Sobre isto, conferir CORTESÃO, *História do Brasil...* Vol II, op. cit., p. 114-115.

101 Consulta do Conselho Ultramarino sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para remediar os prejuízos causados pelos holandeses no Brasil e para introduzir o comércio com Buenos Aires. Lisboa, a 10 de junho de 1644. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa nº 2, doc. nº. 305.

uma monarquia corporativa. No caso particular que se apresentou, ainda que o Conselho de Guerra estivesse envolvido, o assessoramento produzido pelo recém criado Conselho Ultramarino foi o que prevaleceu. Ademais, cabe sublinhar que não havia um projeto pré-definido para o Império, mas sim uma gestão que passava por diversas instâncias consultivas.<sup>102</sup> Tal é um índice, pois, para se compreender as formas de deliberação da monarquia.

Para que a gestão pudesse ser delineada, é pressuposto também haver uma circulação de informações que conectasse o Império.<sup>103</sup> Nesse sentido, é fundamental reconhecer os oficiais régios “*como produtores e transmissores de poderes e saberes, que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu contexto imperial*”.<sup>104</sup>

No caso particular apresentado, mostra-se evidente que Salvador Correia circulava com facilidade junto aos membros do Conselho de Guerra, que não apenas o indicou para apresentar caminhos de gestão, efetuou os seus despachos com celeridade, e ainda ratificou dois de seus pareceres.

Não dispor de toda a informação ou detê-la previamente selecionada por um determinado grupo, seja quem informava ou quem trabalhava a informação antes que ela “*subisse*” ao Rei, acabava por possibilitar distorções na compatibilidade entre os projetos reais e as realidades locais. Em virtude dessa incompatibilidade, muitas vezes os oficiais régios locais adaptavam ou mesmo não aplicavam as decisões do poder central.<sup>105</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Restauração de dezembro de 1640 criou circunstâncias e desafios singulares para o Estado-dinástico português. Em meio ao turbulento complexo e intrincado contexto da década de 1640, um dos projetos políticos que estava em discussão na Corte era a tentativa de gestão dos fluxos comerciais que conectavam o Prata a algumas praças atlânticas portuguesas. O outro era a busca de minas.

102 HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

103 GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110, especialmente, p. 95.

104 Cf. GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política...”, op. cit. Essa perspectiva se coaduna com as observações de Roger Chartier, que anunciou a conveniência de se analisar o registro escrito como um elemento fundamental na afirmação do poder régio. A abordagem é recente na historiografia. Sobre este ponto, verificar CHARTIER, Roger. “Construção do Estado Moderno e Formas Culturais. Perspectivas e Questões”, in: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002, p. 215-229.

105 HESPANHA, op. cit. e RUSSELL-WOOD, A. J. R., op. cit. Elliott compartilha da mesma opinião, salientando, para além, a complexidade dos “*interesses locais concorrentes*”. Por exemplo, ressalta que Filipe II “*comandou com pulso firme seus domínios, embora a eficácia das ordens e decretos reais emanados de Madri e do Episcopal fosse inevitavelmente prejudicada pela distância e amortecida pela oposição dos interesses locais concorrentes*”. Cf. ELLIOTT, op. cit. p. 317.

Buscando delinear e viabilizar o primeiro projeto, o Conselho de Guerra recorreu aos pareceres de Salvador Correia de Sá e Benevides, que sugeria a conquista da região. As opiniões do Padre Vieira apontavam no mesmo sentido. Contudo, o Conselho Ultramarino, sobrepondo-se ao Conselho da Guerra, opôs-se ao projeto de conquista do Prata.

Possivelmente, o Conselho Ultramarino, que aliás buscava reconhecimento perante os demais na Corte, apostava mais na hipótese de se encontrar metais na América. Afinal, como registrou um de seus conselheiros, somente “*quando se perdeu a esperança de encontrar minas na nossa colônia, pareceu aconselhável abrir caminho através de Nova Colônia, a fim de lucrar com as de Castela*”.<sup>106</sup> Apostar nas minas parece mesmo ser um assessoramento mais coerente com a cultura política da segunda escolástica: não inovar. Além disso, como os próprios conselheiros escreveram na ocasião das propostas de invasão a Buenos Aires, o momento de crise do pós-Restauração era extremamente inoportuno para se abrir mais um flanco de guerra no Prata.

Se o sonho das Índias sobreviveu no pensamento dos grandes conselheiros do Reino até fins do século XVII, a ideia maravilhosa de um comércio português no Rio da Prata, infalivelmente lucrativo e maior responsável pela entrada de moeda na América, perduraria por anos nas narrativas e despachos de muitos outros homens de Estado.

Com efeito, muitos conselheiros na corte concordavam que a solução para os problemas portugueses partia da reorganização dos circuitos comerciais do Atlântico. O Prata se incluía nesse desafio.

106 Cf. citado por HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal Barroco, 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 206. Apud SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 142.

# A ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA: ESPAÇO DE ASPIRAÇÕES INTELLECTUAIS NO FINAL DO IMPÉRIO<sup>1</sup>

**Renato J. P. Restier Junior<sup>2</sup>**

## INTRODUÇÃO

Quando me foi proposto o tema Memória e representações na História Militar: “A importância do imaginário na formação do militar” algumas questões vieram em mente. Sem sombra de dúvidas é importante discutir as representações militares, as tradições, os símbolos, ou seja, esse conjunto de significados que influenciam na formação e no comportamento do grupo (que é o que se espera quando se escolhe um patrono, por exemplo).

Entretanto, propomos pensar o inverso, ou seja, deixando de lado as representações em si, partimos para a análise daqueles que constroem essas representações ou que se fazem representar por elas. Sabemos bem que quando um símbolo é escolhido procura-se projetar a imagem do grupo, ou seja, há um “ideal do nós”,<sup>3</sup> na concepção de Norbert Elias, ao mesmo tempo em que se estabelece um modelo – cujos valores se pretende universais – que exerça influência no comportamento daquela coletividade.

O grande problema é que esses modelos encontram nas dinâmicas sociais no tempo limitações para sua manutenção. Em função disso, levantamos alguns problemas: todos os membros de um todo compartilham das mesmas representações? Essas representações sobrevivem estáticas no tempo ou são recriadas, reinventadas, re-significadas?<sup>4</sup> E no caso dos militares, tais valores são exclusivos dos mesmos, ou seja, as tradições militares estariam desconectadas de todo um complexo sócio-cultural, ou será que dialogam com um conjunto de representações compartilhado pela sociedade de uma maneira geral?

Essas questões implicam na manutenção de algumas generalizações como das próprias

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado do trabalho apresentado na V Jornada de História Militar da UNIRIO/IGHMB, cujo tema foi: Memória e representações na História Militar: “A importância do imaginário na formação do militar”.

<sup>2</sup> Historiador. Especialista em História Militar (UNIRIO/IGHMB) e Mestre em História Política (UERJ). Pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar (IGHMB) e do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (UERJ).

<sup>3</sup> Ver ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

<sup>4</sup> HOBBSBAWN, Eric, “Introdução: a invenção das tradições” in HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 9-23.

configurações das Forças Armadas. As instituições militares seriam um todo homogêneo? Podemos dizer que o “Exército derrubou o Império” ou nos referir a uma “Revolta da Armada”? Poderíamos ainda questionar a relação entre as instituições militares e as transformações sociais. Acreditamos que não podemos entender as instituições militares e os militares como elementos inertes em relação às dinâmicas sociais, senão continuaremos interpretando os militares do Exército do final do Império com a mesma ótica de observação que aplicamos para entender os militares do início do oitocentos no Brasil. Ao contrário, devemos considerar que essas instituições não estão desconexas do restante da sociedade, elas fazem parte da mesma, portanto, se transformam acompanhando as transformações de todo complexo social.

### **A GERAÇÃO DO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI**

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército já havia passado por uma série de transformações (administrativas, sociais e de pensamento)<sup>5</sup> que acarretaram novas posturas desses frente às atividades políticas e sociais do Império, principalmente em relação aos gabinetes dos anos de 1880.

Para o nosso debate, precisamos analisar as transformações na formação do quadro de oficiais do Exército na segunda metade do século XIX que resultaram numa nova configuração social da oficialidade. Em 1850, durante a gestão de Manoel Felizardo no Ministério da Guerra, foram estabelecidos em lei critérios mais claros para a promoção na carreira do Exército, essencialmente os requisitos de antiguidade e mérito. Esta lei resultou numa nova fisionomia ao corpo discente das Escolas Militares. Em síntese, o mérito possibilitava a emergência na carreira de indivíduos que não se originavam nas elites rurais.<sup>6</sup>

Segundo afirmam alguns historiadores como John Schulz,<sup>7</sup> a Escola Militar passou a ser integrada basicamente por alunos que não pertenciam à aristocracia rural, ao mesmo tempo em que esta foi progressivamente se afastando da carreira no Exército. Muitos alunos que chegavam à corte para estudar na Escola Militar haviam se retirado de regiões do norte e nordeste, ou seja, de províncias do Império empobrecidas no final do século XIX.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> João Batista Magalhães faz uma análise detalhada dessas transformações em seu livro *A Evolução Militar do Brasil*, p. 275-302.

<sup>6</sup> Para maior debate sobre esse tema ver SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850 – 1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 23-33.

<sup>8</sup> Ver CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Ao final da Guerra do Paraguai, a Escola Central, antes destinada ao ensino teórico, foi entregue ao Ministério do Império para a formação de engenheiros civis.<sup>9</sup> A Escola Militar na Praia Vermelha, reaberta em 1874 após paralisação de suas atividades durante a guerra, passou a concentrar todos os estudos para a formação do oficial do Exército.<sup>10</sup>

A Escola Militar se tornou um espaço plural no final do Império. Os alunos se voltavam para estudos de diferentes naturezas, inclusive em detrimento dos assuntos militares. Além da paixão pela ciência, dedicavam-se à música, à literatura, ao teatro e outras atividades que não envolviam arte e ciência, como a campanha abolicionista e o debate sobre as idéias republicanas.

Formavam grêmios e sociedades diversas, publicavam periódicos e organizavam eventos com estudantes de outros centros de ensino superior. A atmosfera cultural dos alunos era ampla, muitas vezes superando a dos seus instrutores. Podemos dizer que representavam um grupo muito diferente do restante da sociedade na corte, pois estavam constantemente atualizados quanto às novidades na Europa.

No final da década de 1880, período em que as tensões entre os militares e o governo tomavam grandes proporções, surgiu a *Sociedade Família Acadêmica* e seu periódico, a *Revista da Família Acadêmica*, cuja primeira publicação data de 1887.

A importância desta sociedade e, por tanto, nos obrigando a analisá-la através de sua produção intelectual, é a constatação de que a mesma aglomerou um novo segmento no Exército, com aspirações diferentes e, conseqüentemente, diferentes percepções sobre essa instituição e suas representações.

## **A REVISTA DA FAMÍLIA ACADÊMICA**

A *Revista da Família Acadêmica* foi veículo de divulgação das idéias (político-filosóficas, econômicas, científicas, etc) dos alunos da Escola Militar na Praia Vermelha, concentrando o grupo de jovens oficiais que tiveram grande participação no processo de proclamação do regime republicano como Lauro Müller, Tasso Fragoso e Euclides da Cunha.<sup>11</sup>

9 PEREGRINO, Umberto. *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 36.

10 Ver MOTTA, Jeová. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

11 Ver RESTIER JR, Renato J. P. "O Clube Militar e o Pensamento Republicano". *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, número 93, 2006, p. 121-133.



A produção de periódicos de caráter contestatário não foi singular à *Revista da Família Acadêmica*. Desde as décadas de 1850 e 1860 circulavam periódicos como *O Militar*, onde eram publicadas várias críticas ao quadro político partidário formado por indivíduos que eram pejorativamente chamados de *legistas* pelos alunos da Escola Militar, ou seja, os bacharéis em Direito que tinham origem na aristocracia. Denunciavam principalmente a construção das redes de compadrios formadas pelos *legistas* nas articulações políticas e no monopólio de cargos públicos.

Após a Guerra da Tríplice Alinça (1865-1870), outros periódicos surgiram antes ainda da *Revista da Família Acadêmica* como *A Redemptora*, que tratava da questão abolicionista, e a *Revista do Club Acadêmico*, voltada exclusivamente para assuntos científicos.

A *Revista da Família Acadêmica*, produzida pela *Sociedade Família Acadêmica*, era um periódico que não se limitava a um tema específico. Continha discussões políticas e sociais, artísticas, científicas e militares. Utilizava uma linguagem variada, publicando crônicas, poesias, resenhas de obras literárias e discussões filosóficas. Segundo a introdução de uma das publicações em 1889, o periódico era destinado a receber “(...) os resultados da actividade litteraria, artística e scientifica de seus membros e estabelecendo uma corrente de sympathia e solidariedade – do Ceará ao Rio Grande”.<sup>12</sup>

Toda expressão poética ou as crônicas se voltavam, em grande maioria, para três eixos de discussão: ciência, a atmosfera política e as questões sociais. Eram comuns expressões de cunho abolicionista nas edições. A aversão ao escravismo acompanhava, senão todos, mas a imensa maioria dos alunos da Escola Militar como demonstra o soneto *Coherencia* de Lauro Muller:

*Na minha adolescencia o mestre me ensinava  
(E aos amigos de infancia elle ensinou tambem)  
Que quando lá no Egito o povo hebreu chorava  
Deus mandou-lhes Moysés, por lhes mandar um bem*

*Depois, dizia o mestre, o povo hebreu – vê bem, –  
Fugia à escravidão; e quando atravessava  
O mar que de Vermelho o nome inda hoje tem  
O Deus omnipotente as aguas afastava  
Coração de criança, alegre o meu batia  
Porque livre na fuga o povo escravo eu via;  
E ainda hoje conservo o coração (...).<sup>13</sup>*

<sup>12</sup> *Revista da Família Acadêmica*, maio de 1889.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

O apelo à abolição é nítido com a analogia ao fato bíblico do êxodo hebreu do Egito e, logo no final, o apoio implícito à fuga dos escravos. Referindo-se a um fato da sua infância, relembra a sensação de ter presenciado a fuga dos cativos, um sentimento que ainda permanecia, uma necessidade presente. A poesia de Lauro Müller se assemelha ao trecho final de Edmundo de Barros na poesia *Paizagens*, que afirmou o entristecer ao ver “(...) a fila de escravos ir passando” no véu da “(...) mata umbrosa e fria”.<sup>14</sup>

No tocante ao cientificismo, é interessante ressaltar que, ao contrário do que comumente se afirma, o positivismo não era hegemônico enquanto base ideológica da “mocidade militar” no final do século XIX. Angela Alonso em seu trabalho *Idéias em Movimento* discute os problemas de interpretação da historiografia que tratou as relações entre as correntes teóricas européias do final do século XIX e a absorção das mesmas no Brasil.<sup>15</sup> A simples determinação de escolas e/ou instituições dentro de esquemas filosóficos oriundos de pensadores europeus foi um desses grandes problemas

Quanto aos militares, principalmente aos jovens oficiais do pós-Guerra do Paraguai, foi por muito tempo comum a interpretação dos mesmos à luz do positivismo. Explicar a “mocidade militar” tomando como pressupostos teóricos as teorias de Comte é deformar as características desse grupo.

Consideramos um grande equívoco concluir que os movimentos da “mocidade militar” resultaram basicamente da influência do positivismo. Ora, dessa forma estaríamos negando que as doutrinas surgem da própria dinâmica social, e mesmo não querendo entrar numa espécie de debate platônico sobre idéia e matéria, devemos chamar a atenção de que nenhuma doutrina é suficiente para impulsionar uma revolução se não houver uma predisposição nas próprias estruturas sociais para isso. As idéias representam um elemento dentro de um conjunto de fatores que acarretam grandes transformações, como a própria *Proclamação da República*.<sup>16</sup> Soma-se ainda que seria praticamente impossível falar em “um positivismo”, visto que existia uma série variações das teorias comteanas.

Ao analisar a revista percebemos em passagens voltadas para assuntos científicos como as teorias de Comte dividiram espaço com outros autores como, por exemplo, Spencer. Em diversos momentos, os alunos ressaltaram as vantagens das teorias de Spencer sobre as teorias de Augusto

<sup>14</sup> *Revista da Família Acadêmica*, fevereiro de 1888. Biblioteca Nacional.

<sup>15</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 21-49.

<sup>16</sup> Uma série de transformações nos planos político, econômico e sócio-cultural nos permite compreender o fenômeno da proclamação da república de forma pluricausal. Portanto, foi resultado de uma série de fatores como a abolição sem indenização, as questões militar e religiosa, problemas sucessórios, a ausência do Imperador nos assuntos do Império, entre outros. Ver COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

Comte, conforme abaixo:

(...) Com quanto no Positivismo uma synthese objectiva fosse tentada, foi ella depois reconhecida impossivel e teve que ceder lugar a uma synthese subjectiva, que, por sua vez, veio cahir na severidade regulamentar de uma sociocracia toda ideal e no mysticismo intolerante e intoleravel das innovações religiosas de A. Comte (...).

(...) *Encontrado assim um principio geral de unificação objectiva dos phenomenos do universo, que outro não é sinão o facto ultimo; indemonstravel e innegavel da – Persistência da Força, pertence ao philosopho inglez a gloria de ter elaborado a mais brilhante sythese objectiva da phenomenalidade – pela unificação coerente e continua de todos os conhecimentos na philosophia, synthese cuja cupula magestosa e duradoura é precisamente formada pela sua lei eterna da evolução universal.*<sup>17</sup>

Observamos que em diversos trechos os alunos não se incluíram entre os positivistas, era comum se referirem a esses em terceira pessoa. O jovem militar Athayde Junior ao criticar o lado religioso do positivismo demonstrou as vantagens das teorias de Spencer sobre Comte, afirmando ao pé da página que “(...) nada vale appellar-se aqui para a religião dos positivistas”.<sup>18</sup>

Para não nos alongarmos mais nesse debate e não nos desviarmos da proposta, podemos dizer que a afirmação de que os alunos da Escola Militar na Praia Vermelha eram positivistas extrapola todas as possibilidades de influência desta doutrina e não nos permite perceber as diferentes variáveis do grupo. Não queremos dizer com isso que não havia alunos positivistas, mas apontar que devemos considerar os diferentes níveis desta influência e, também, a “não-influência”.

Poucas passagens na revista se dedicavam a assuntos propriamente militares. Isso porque a maior parcela da *Sociedade Família Acadêmica* se via mais como intelectuais, cientistas, e menos como “homens da guerra”. Contudo, nos poucos artigos dedicados a esses assuntos, podemos dizer que eram lugar comum as reclamações por atraso da tecnologia militar do Brasil em relação às transformações que ocorriam nos exércitos na Europa. Em artigos como *Cavallaria* e *Artilharia*, ambos discutindo as novas armas para cavalaria, infantaria e artilharia, fica bem clara esta preocupação. Havia ainda o apelo à reorganização do Exército como no artigo *Projecto de Organização das Forças Arregimentadas*, que defendia o projeto elaborado pelos Tenentes Antonio Gabriel de Moraes Rego e Alfredo Candido de Moraes Rego.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Revista da Família Acadêmica, dezembro de 1887.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Idem, fevereiro, abril e maio de 1888.

(...) a guerra é um facto, é um phenomeno social que se verifica na historia e realiza-se em nossos dias

Preparar-se para a guerra é a providencia que mais impõe-se as nações para a garantia de seus direitos e conservação da dignidade nacional (...)

(...) E' infelizmente o que não acontece com o nosso exercito que, ha dezoito annos, offerece, diante de todas as instituições congeneres, o typo menos acabado, a organização mais imperfeita de todos.<sup>20</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Militar na Praia Vermelha foi um núcleo de altos estudos, cujo princípio institucional (ou oficial, se preferirmos) era concentrar jovens estudantes para se dedicarem aos estudos práticos da guerra. Entretanto, os jovens que entraram na Escola com esse objetivo tiveram que dividir espaço com uma grande parcela de alunos muito interessados nas grandes correntes científicas da segunda metade do século XIX. Logo, podemos falar em duas tendências na instituição: aqueles dedicados aos estudos das armas, e os alunos científicos bastante criticados pelos seus comportamentos “bacharelescos” e pouco dedicados ao ofício das armas.

A partir desse grupo respondemos à primeira pergunta de nosso debate, pois as expectativas desses jovens científicos não se assemelhavam aos demais alunos mais dedicados propriamente às questões técnicas da carreira no exército. Os alunos científicos compartilhavam valores diferentes dos demais, seus símbolos se vinculavam às ciências físicas e matemáticas, expressos principalmente em seus códigos lingüísticos.<sup>21</sup>

Para identificarmos esses valores nos servimos do periódico publicado por esses alunos intitulado *Revista da Família Acadêmica*. É óbvio que, como qualquer outro instrumento de divulgação de idéias, podemos desconfiar da sinceridade de seu discurso, ou seja, da intenção daqueles que produziram a revista. Outrossim, nos cria possibilidades de utilizar isso de maneira a colaborar para a nossa análise, pois ao menos temos a certeza de que esse tipo de fonte expressa a forma como os editores pretendiam ser representados, quais símbolos escolheram para estabelecerem suas identidades.

<sup>20</sup> Idem, julho de 1888.

<sup>21</sup> Ver Capítulo III de CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 52-84.

Quanto às relações com o todo social, observamos que esses jovens militares cientificistas não estavam à margem do ambiente cientificista do final do Império. Como apresentamos, havia confraternizações, eventos e demais atividades com estudantes de outros centros de estudos, resultando num constante intercâmbio de idéias. Em comum ainda o culto ao “bacharelismo”, presente tanto nas instituições de ensino civis quanto na Escola Militar.

Os bacharéis militares disputavam prestígio social com os bacharéis civis usando armas diferentes, mas lutando segundo as mesmas regras. Militares do tipo “tarimbeiro”, ainda no Império, e outros de orientação mais “profissional” no futuro, foram contundentes ao apontar essa semelhança, tratando pejorativamente os jovens “científicos” por “bacharéis fardados.”<sup>22</sup>

Estudiosos do tema, dentre eles Cruz Costa<sup>23</sup> que é uma referência em se tratando do estudo das idéias políticas, e mais recentemente Ângela Alonso<sup>24</sup>, com novas perspectivas de análise, evidenciaram o conjunto de “ismos” (darwinismo, spencerismo, positivismo) que penetraram o pensamento dos intelectuais brasileiros no final do oitocentos. Esses jovens militares estão incluídos nesse conjunto.

Concluindo sinteticamente algumas das idéias apresentadas nessa discussão, devemos destacar que as instituições militares não podem ser analisadas como um todo homogêneo, sem sofrer os efeitos de seu tempo e espaço. Diferentes gerações se encontram, se adaptam e, quando isso não ocorre, se chocam. Nessa dinâmica, valores são mantidos, novos valores são criados e outros re-significados de acordo com as expectativas de determinados grupos.

## REFERÊNCIAS

### Fonte:

*Revista da Família Acadêmica* (Seção de obras raras da Biblioteca Nacional)

### Bibliografia:

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>23</sup> COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

<sup>24</sup> ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
  - CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
  - COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
  - ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
  - HOBSBAWN, Eric, “Introdução: a invenção das tradições” in HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 9-23.
  - MAGALHÃES, João Batista. *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
  - MOTTA, Jeová. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
  - PEREGRINO, Umberto. *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967
  - RESTIER JR, Renato J. P. “O Clube Militar e o Pensamento Republicano”. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, número 93, 2006, p. 121-133.
  - SHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850 – 1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

# UMA ESTRATÉGIA CONTESTADA: A MISSÃO IMPERIAL AO PARAGUAI EM 1854-5

**Fabiano Barcellos Teixeira<sup>1</sup>**

Em dezembro de 1854, o império do Brasil enviou expedição naval ao Paraguai para resolver questões diplomáticas. Dois mil soldados foram mobilizados e mais de trinta navios formaram a poderosa esquadra que ambicionava reivindicar direitos e responder a ofensas feitas pretensamente ao Império pelo governo paraguaio. O almirante Pedro Ferreira de Oliveira [1801-60], comandante da missão, nomeado ministro plenipotenciário, preferiu não lançar mão à força militar, celebrando tratados que foram contestados após seu retorno ao Rio de Janeiro, em maio de 1855. Destacaremos o contexto da expedição, as opções do referido comandante e analisaremos sinteticamente os sentidos atribuídos ao episódio pela historiografia.

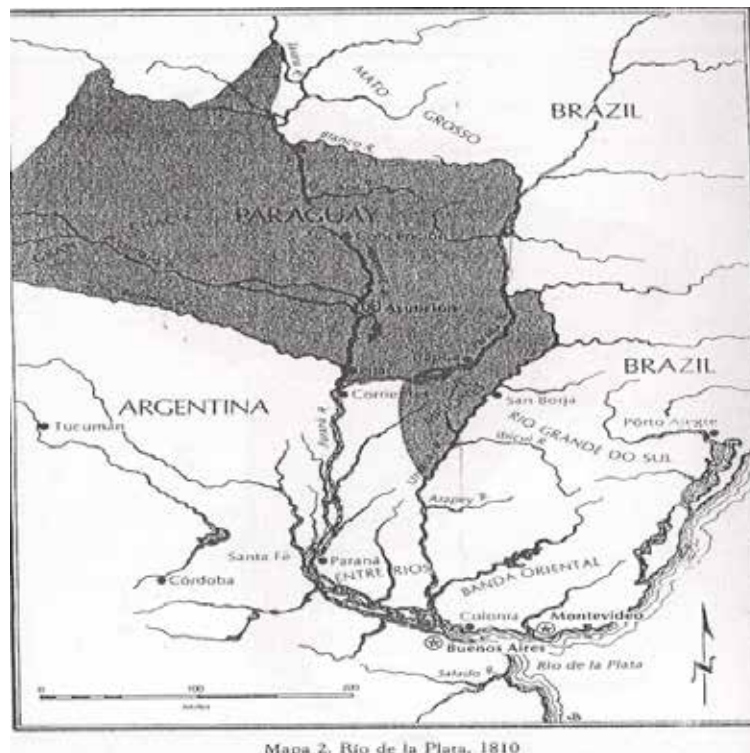
Os anos 1850 demarcaram uma nova correlação de forças na região platina. Pacificado e com as finanças positivas, o império do Brasil aumentou sua influência sobre a convulsionada bacia do rio da Prata. Em fevereiro de 1852, nas proximidades de Buenos Aires, a batalha de monte Caseros pôs fim ao governo de Juan Manuel de Rosas [1793–1877], sobre a Argentina. Seu aliado Manuel Oribe [1792-1857], do Uruguai, fora vergado anteriormente. Eles representavam interesses opostos aos do Império que buscava a livre navegação dos rios platinos e a hegemonia sobre o Uruguai. Enfraquecidos, Argentina e sobretudo o Uruguai ficaram submetidos a política do governo imperial. Hegemônico no Prata, o Império buscou expandir suas fronteiras, com destaque para o Paraguai, e pressionar este país para obter a livre navegação em seus rios interiores.

Em *La guerra del Paraguay*, o político e pensador argentino federalista Juan Batista Alberdi [1810-84] destacou que a grande razão para o Império buscar a expansão das fronteiras centro-oeste e meridional seria assegurar seu território e a sua unidade. Assim, as províncias fronteiriças do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul não tardariam a seguir os exemplos das repúblicas vizinhas que negociavam diretamente com a Europa, concluiu o autor.<sup>2</sup> *Brasileiros* na origem, os rios Paraná e Paraguai passavam a *pertencer* a outras nações, entre elas à república do Paraguai [figura 1], na

---

1 Mestrando em história pelo programa de pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo [PPGH da UPF], RS; professor da rede pública de Passo Fundo. O artigo é parte da dissertação em andamento “A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial de 1854-5”, dirigida pelo dr. Mário Maestri. E-mail: [fabianohist@bol.com.br](mailto:fabianohist@bol.com.br)  
2 A obra reúne diversos textos do autor escritos sobre a guerra do Paraguai. ALBERDI, Juan Bautista. *La guerra del Paraguay*. Assunção: Intercontinental, 2001. p. 77-8.

continuação de seu curso. O rio Paraguai era a única forma viável de contato comercial da província do Mato Grosso com Império, em geral, e o Rio de Janeiro, em particular, devido ao custo insuperável do transporte terrestre. Em 1850, o Império do Brasil e o Paraguai celebraram acordo que garantiria a livre navegação do rio.<sup>3</sup> O tratado era parte da política de alianças entre os dois governos, na luta contra Juan Manuel de Rosas. Após a batalha de monte Caseros [1852], as divergências entre o Império e o Paraguai se intensificaram.



**Figura 1: bacia do rio da Prata [1810]. O governo paraguaio considerava seu território a área sombreada. O rio Paraguai atravessa o centro do país e o rio Paraná o sul.**

**Fonte: WHITE, Richard Alan. La primera revolución popular en América Paraguay [1810-1840]. 2 ed. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1989. p. 3.**

Segundo o governo paraguaio, os seus territórios eram constantemente invadidos por brasileiros, ocorrendo conflitos na fronteira norte do Paraguai com o atual Mato Grosso do Sul.<sup>4</sup> O governo paraguaio condicionava a livre navegação do rio Paraguai à delimitação e respeito definitivos das linhas de fronteira. O *imbróglío* resultou na expulsão do encarregado de negócios imperiais em Assunção, o diplomata Felipe José Pereira Leal, em setembro de 1853. Ele entregou projeto

<sup>3</sup> TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Diplomacia do Império no rio da Prata [até 1865]*. Rio de Janeiro: Brandt, 1955. p. 168.

<sup>4</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. [1 ed. 1985.] p. 82-3.



de navegação e limites compreendido como verdadeiro ultimato pelo governo paraguaio. De modo *imperial*, o governo brasileiro respondeu com a diplomacia canhoneira.

## A ESQUADRA

Em 10 de dezembro de 1854, partiu do Rio de Janeiro uma poderosa esquadra com trinta e cinco navios com apoio previsto de tropas terrestres reunidas nas fronteiras das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul com o Paraguai.<sup>5</sup> A expedição tinha por objetivo exigir satisfação pela *ofensa* feita ao Império, na pessoa do diplomata Sr. Felipe José Pereira Leal; ajustar o trânsito pelo rio Paraguai e Paraná e definir ajustes dos limites territoriais entre os dois países, em conformidade do artigo 15 do tratado de 25 de dezembro de 1850.<sup>6</sup>

Em *Guerra del Paraguay* Orígenes y causas, de 1939, o historiador e político argentino Ramón José Cárcano [1860-1946] afirma que a expedição era um ato de guerra antes de qualquer possibilidade de diplomacia, sendo desnecessária ao Império aquela violência espetacular, para influir e predominar sobre o Paraguai. O autor assinala que a frota de guerra era composta de vinte canhoneiras de guerra, 130 peças de artilharia, calibres 68 e 320. A tripulação somava mais de dois a três mil homens de desembarque.<sup>7</sup> A esquadra era uma força de guerra considerável para a época. Como referido, era formada por trinta e cinco navios, movidos a vela e a vapor, de cascos de madeira, grande calado – ideal para navegações oceânicas – armadas com cerca de 130 canhões nacionais e franceses [Paixhans]. As tropas de embarque eram de aproximadamente dois mil homens.<sup>8</sup>

Os sete navios *bragantinos* eram pequenos, cerca de 20 metros de comprimento, com dois e três mastros utilizados para transporte.<sup>9</sup> Os navios *Brigues-Escunas* [dois] possuíam dois mastros, baixa capacidade de carga bélica – até dez canhões – sendo mais velozes.<sup>10</sup> As *corvetas* [onze] eram navios de guerra com cerca de 30 metros de comprimento e três mastros de velame, com capacidade de

5 Ibidem.

6 *Loc. Cit.*; QUELL, Hipólito Sánchez. *La Diplomacia Paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. 3 ed. Buenos Aires: KRAFT, 1955. p. 111-3; ROSA, José M. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de encuentro, 2008. p.38-41.

7 CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay Orígenes y causas*. Buenos Aires: Domingo Viau, 1939. p. 194.

8 MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Ob. cit.* p. 83-87.

9 ALCALÁ, Guido R.; ALCÁZAR, José E. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción: Tiempo de Historia, 2007. p. 271-2. Apud Colección Rio Branco [CRB], ARQUIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN [ANA], pasta 1044.

10 ESPARTEIRO, A. Marques, *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640 - 1910)*, Centro de Estudos da Marinha, 1976; confira interessante relação de navios com suas características no site: <[www.brasilmergulho.com.br](http://www.brasilmergulho.com.br)> Acessado em 24 de fev. de 2011.

armamentos de até 24 canhões.<sup>11</sup> A *fragata* – capitânia – [figura 7] era semelhante às corvetas, porém possuía maior envergadura e poder de fogo.<sup>12</sup> *Canhoneiras* [duas] era uma designação genérica para os navios armados com canhões, podendo ter diversos modelos.<sup>13</sup> Os *patachos* [dois] eram navios pequenos, com dois mastros, utilizados para suporte nas missões de guerra.<sup>14</sup> Oito embarcações foram utilizadas também como apoio, para transporte de alimentos, carvão e apetrechos de guerra<sup>15</sup> [cf. tabelas 1 e 2].

Valendo-se do seu novo *status* no Prata, o Império exigiu suas reivindicações calçado na poderosa esquadra de guerra enviada contra o país mediterrâneo. Da partida ao retorno, a expedição naval bélico-diplomática durou quase cinco meses – uns 140 dias. Entre 10 de dezembro de 1854 e 20 de fevereiro de 1855, a esquadra imperial saiu do Rio de Janeiro, passou por Montevidéu, Buenos Aires, Entre Rios e Corrientes. Ancorou em Três Bocas, província argentina de Corrientes, zona limite entre os rios Paraná-Paraguai, na fronteira com o Paraguai. [cf. Fig. 2].



Figura 2: Três Bocas dos rios Paraná e Paraguai

Fonte: BARBOSA, Raymundo. O exército na batalha naval do Riachuelo. Rio de Janeiro: Laemmert, 1941. p. 41.

11 Ibidem.

12 Ibidem.

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 ALCALÁ, Guido R.; ALCÁZAR, José E. Ob. Cit.

**Tabela 1: embarcações de guerra movida a vapor que formaram a esquadra naval imperial em 1854-5**

Nº	TIPO	NOME	COMTE.	ARMAMENTOS
<b>Navios a vapor</b>				
1	Canhoneira	Maracanã	1º Ten. Rocha Faria	2 giratórios de 32, 2 peças de 24, 6 pçs de 30; 80 cv.
2	Corveta	Beberibe	Cap.ten. Secundino	1 girat. de 68 e 6 pçs de 32
3	Corveta	Camacuda	1º Ten. Brito	3 peças de 18; 60 cavalos
4	Corveta	D. Pedro II	1º Ten. Azevedo	2 obuzes de 12; 40 cavalos
5	Corveta	Jequitinhonha	Cap. ten. Aguiar	1 girat. de 68 e 6 pçs de 32
6	Corveta	Thétis	Cap. ten. Lúcio	3 pçs de 24; 70 cv
7	Corveta	Viamão	Cap. Pereira Pinto	1 girat. de 68 e 6 pçs de 32
8	Corveta [canhoneira]	Ipiranga	Cap. ten. Lomba	1 girat. de 68 e 6 canhões de 32; 7 pçs de 30; 70 cv
9	Corveta [canhoneira]	Magé	Cap. Hoffsmith	1 peça de 68 e 6 pçs de 30
10	Fragata [capitânia]	Amazonas	Cap. Roso	6 peças de 68; 300 cavalos
11	Pequeno de rodas	Camaquã	N. I.	2 girat. e 32 2 peças de 24
<b>Navios a vela</b>				
12	Brigue-escuna	Toneleiro	1º Ten. Soldo	2 giratórios de 32; 4 Paixhans de 30
13	Brigue-escuna	Eolo	1º Ten. Mamede	1 giratório de 32; 10 peças de 24; 5 peças de 68
14	Canhoneira	Campista	1º Ten. Carrão	2 giratórios e 2 peças de 30
15	Corveta	Bahiana	Cap. ten. Torrezão	24 Paixhans de 30

16	Corveta	Berenice	Cap. ten. Alvim	14 Paixhans de 30
17	Corveta	Imperial Marinheiro	Cap. de Fragata D' Houdain	16 Paixhans de 30
18	Escuna	Tibagi	N. I.	N. I.
19	Patacho [canhoneira]	Activa	1º Ten. Travassos	2 giratórios e 2 peças 30
20	Patacho	Teresa	1º Ten. Fonseca	2 girat., 2 pçs de 30 e 4 pçs de 18
Barcos de apoio = para transporte de alimentos, carvão e apetrechos de guerra				
21	Carioca	N. I.		
22	Oriente	N. I.		
23-8	Outros seis barcos de apoio [duas escunas, uma com bandeira oriental]			
29-35; informações complementares: <sup>1</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cinco vapores grandes seriam de três mastros, de muito calado, com cerca de 10 a 12 pés;</li> <li>• Sete bragantinos</li> </ul>			
<b>TOTAL</b>	<b>35 navios</b>			
Siglas:	Cap.= Capitão; Comte. = Comandante; Cv. = cavalos; Girat.= Giratório(s); N. I. = não informado; Pçs = Peças; Vl. = Ten.= Tenente; Vela; Vp. = Vapor.			

## A ESQUADRA NA CONFEDERAÇÃO ARGENTINA

Em Paraguay y Brasil: documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864, de 2007, os pesquisadores paraguaios Guido Alcalá e José Alcázar transcreveram documentação do Arquivo Nacional de Asunción [ANA]. A coleção Rio Branco, daquele arquivo, registra a presença da esquadra imperial na Confederação Argentina. Em 5 de fevereiro de 1855, Pedro Nolasco Decoud, cônsul do Paraguai naquela confederação, enviou correspondência ao ministro de relações exteriores do Paraguai, informando a chegada ao Paraná [capital da Confederação] da frota de guerra imperial.

A esquadra imperial estava nas Nove Voltas, na província argentina de Entre Rios. Em conversa com o vaqueano correntino Bernardino, o comandante imperial perguntou-lhe quais eram as baterias que estavam disponíveis para combatê-lo. O vaqueano teria respondido que estavam constituindo defesas em Tacumbú, em Itapitá, em Assunção e uma bateria em Humaitá, todas no Paraguai. A declaração teria causado risadas no almirante, que avisou ser tudo aquilo insuficiente, pois a esquadra imperial possuía barcos para desembarque com soldados bem armados. Destaque-se que, como veremos a seguir, a tropa embarcada na expedição – cerca de dois mil infantes

– equivalia a uns 30% do total do exército de linha paraguaio, à exceção das milícias.

O ministro paraguaio Pedro Nolasco Decoud soube desse diálogo em conversa com o próprio vaqueano Bernardino, conforme registrado no documento. Bernardino acrescentou que todos os dias “se ocupaba el Almirante de estas preguntas para estudiar el terreno de la Asunción”.

A esquadra tinha dez vaqueanos e ia muito devagar devido aos maus práticos e pelos grandes calados dos navios, como o vapor Amazonas que navegava a 13 pés, informou Bernardino. O ministro paraguaio teria advertido-lhe para o perigo do seu trabalho.

O otimismo do comandante e chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira era incoerente para o ministro paraguaio Pedro Nolasco Decoud. “[...] la Escuadra va bastante atrasada, por esto se deja ver lo mal servida que está, y por ultimo que no hará nada”. O representante paraguaio avaliou que a esquadra, apesar de numerosa, estava mal preparada.

Em 20 de fevereiro de 1855, a esquadra finalmente chegou às portas do Paraguai. Em Cerrito, nas proximidades de Três Bocas, o capitão paraguaio Pedro Ignazio Meza, advertiu ao chefe-de-esquadra e plenipotenciário imperial para que ele se dirigisse a Assunção em uma só embarcação ou teria início os confrontos. Com prudência, Pedro Ferreira de Oliveira aceitou a intimação. O navio escolhido pelo chefe-de-esquadra para se deslocar até Assunção foi a fragata *Amazonas*. Entretanto, tão logo entrou nas águas paraguaias, o navio encalhou, causando inconveniente e constrangimento ao representante imperial que foi obrigado a obter a ajuda de paraguaios para o desencalhe. Ele prosseguiu na corveta *Ipiranga*. A dificuldade na navegação do rio Paraguai talvez explique a prudência do almirante imperial.

## **A PREPARAÇÃO PARAGUAIA**

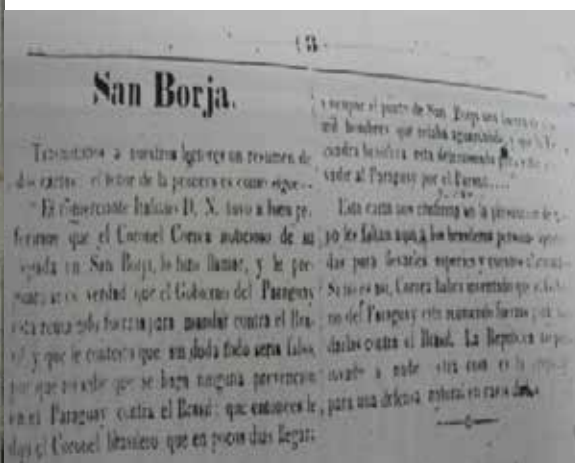
A “missão Pedro Ferreira de Oliveira”, assim chamada pelo parlamento brasileiro na época, deveria ter como aliado o fator surpresa. Em dezembro de 1854, o governo imperial declarou oficialmente que enviaria representante diplomático para acertar os negócios pendentes [navegação e limites] de modo pacífico. Não houve nenhuma menção à poderosa esquadra que acompanhava o plenipotenciário. Em 21 de fevereiro de 1855, o presidente paraguaio, Carlos Antonio López, fez declaração para mobilizar seus soldados. Eles deveriam se preparar para enfrentar o inimigo que atacava de *surpresa* pois, anteriormente o Império não teria sinalizado nenhuma reclamação.

O pronunciamento do presidente paraguaio buscava mobilizar a população, os patriotas deveriam defender o país. A cidade de Assunção foi evacuada e boa parte da população aguardava o início guerra. Entretanto, a referência do presidente paraguaio à surpresa do ataque não procedia.

O Paraguai contava com informantes que anunciaram a missão brasileira, antes mesmo de ela partir do Rio de Janeiro. Em outubro de 1854, um cônsul paraguaio, no Rio de Janeiro, endereçou correspondência ao presidente do Paraguai, Carlos Antonio López, informando-lhe detalhes da preparação da operação naval. Acartaregistrada como “Confidencial” [figura 3] descreveu os objetivos da expedição imperial. “El asunto del señor Leal parece ser de importancia secundaria siendo la más importante la de la libre navegación que los precedentes de 1846 y al tratado de 1851 con el Paraguay les dá según dicen, el derecho de exigir”. O periódico oficial de Assunção, *El semanario*, em 2 de dezembro de 1854, publicou trecho de uma carta sobre a preparação militar imperial [figura 4]. “O comerciante Italiano D.N. disse-me que o Coronel Correa sabendo da sua chegada em São Borja, o chamou, e lhe perguntou se era verdade que o Governo do Paraguai estava reunindo força para mandar contra o Brasil[.] Ele contestou que sem dúvida seria falso, por que não sabia de nenhuma prevenção no Paraguai contra o Brasil: então disse o Coronel brasileiro que em poucos dias chegará ao ponto de São Borja uma força de dois mil homens que estavam aguardando, e que a esquadra brasileira estava determinada para subir e invadir o Paraguai pelo [rio] Paraná”. A rede de informações da república do Paraguai foi eficiente e o seu governo não foi pego de surpresa ante a operação de guerra imperial.



**Figura 3: carta sobre a preparação militar imperial. “Confidencial”.**



**Figura 4: carta publicada no periódico El semanario, de Assunção, sobre a operação de guerra imperial.**

Fonte: El semanario, 2 de dez. de 1854, núm. 73,  
p. 03

Na importante obra *La Diplomacia Paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*, de 1955, o sociólogo e historiador paraguaio Hipólito Sánchez Quell [1907-86] assinalou a preparação e a movimentação das tropas paraguaias: “Cuando el presidente Carlos Antonio López tuvo conocimiento de que la escuadra brasileña se encontraba ya en Corrientes, con dirección al Paraguay, ordenó la inmediata evacuación del campamento militar de Paso de Patria y su traslado a Humaitá. El ejército trabajó en estas obras de día e de noche [...]”. Não há dúvidas portanto sobre o conhecimento prévio do ataque imperial ao Paraguai por seu governo.

### A PRIMEIRA TRÍPLICE ALIANÇA

De janeiro a fevereiro de 1855, de certa forma, ocorreu ensaio da Tríplice Aliança, de 1865-70, contra a república do Paraguai. A Confederação Argentina, dirigida pelo general Justo José de Urquiza y García [1801-70] [figura 5], e o governo de Montevideú, anuíram à passagem da esquadra imperial, por suas águas, levando a guerra para Assunção. O relatório do ministério das relações exteriores do Império, de 1855, revelou que a Confederação Argentina declarou que em caso de guerra, a esquadra imperial poderia contar com todos os auxílios compatíveis com a *neutralidade*.

Fonte: <http://www.euskosare.org>



Figura 5: gal. Urquiza [1801-70], presidente da Confederação Argentina entre 1854-60.

A Confederações Argentina e Buenos Aires não só permitiram como incentivaram a passagem da esquadra imperial. Em *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay*, de 1964, o historiador argentino Atilio García Mellid [1901-72] sustenta que Urquiza, presidente da Confederação Argentina, buscou aliar-se ao Império após Caseros [1852]. “Su posición [Urquiza] era la de conquistar la alianza del Brasil, o la de integrar a Entre Ríos y Corrientes en una nacionalidad separada, si aquel plan fracasara.” Assim, foram abertos os rios argentinos ao Império que pedia passagem a sua poderosa esquadra até Assunção.

O cônsul paraguaio no Paraná, Pedro Nolasco Decoud, conversou com Justo José de Urquiza, que teria se mostrado simpático aos atos do governo imperial e descontente com as relações diplomáticas com a república do Paraguai. Em abril de 1853, substituindo a Pedro Nolasco Decoud, Félix de Esgusquiza afirmou ao ministro paraguaio, José Falcón, que suspeitava existir uma aliança secreta entre o general Urquiza e o império contra o Paraguai. Em *Vísperas de la guerra del Paraguay*, de 1954, o diplomata e historiador paraguaio Efraim Cardozo [1906-73] destacou que, à medida que o Paraguai se fortalecia, recrudesciam os interesses da diplomacia imperial em obter aliança ou apoio da diplomacia argentina. Ela seria indispensável, para a pressão do Império sobre o Paraguai, devido à sua posição geográfica mediterrânea. O Império não obteria suas reivindicações, ao menos sem grandes sacrifícios. A dificuldade da esquadra imperial em penetrar no Paraguai revelou que a guerra teria, no mínimo, um alto custo.

## O COMBATE QUE NÃO HOUE

De 20 de fevereiro de 1854 a 27 de abril de 1855 – mais de dois meses -, a esquadra aguardou, em Três Bocas, o retorno do comandante Pedro Ferreira de Oliveira, que *subiu* em uma embarcação o rio Paraguai até Assunção para ajustar as questões pendentes, conforme destacado. A poderosa força bélica mobilizada não entrou ou sequer se pôs em posição de combate e o principal objetivo da missão, a livre navegação do rio Paraguai, não foi obtido. O ministro dos negócios estrangeiros do Império, Antonio Paulino Limpo de Abreu [1798-1883] - visconde de Abaeté - escrevera as instruções oficiais



ao comandante Pedro Ferreira de Oliveira. Vejamos parte do conteúdo: “[...] deverá vossa excelência *forçar a passagem do rio e subir, ou expedir algum oficial com os vapores e navios de vela que possam chegar até Fecho dos Morros* [província do Mato Grosso], e se for necessários para com prontidão e segurança transportar aquele ponto 300 ou 400 soldados do exercício e artilharia e mais material de guerra, com que devem ser guarnecidas e armadas as fortificações que ali se estabeleceram.”  
[grifo nosso]

Segue a mesma instrução: “sua missão [...] *é por termo as questões que temos com o Paraguai, preferindo os meios pacíficos aos da força*. No caso não esperado de frustrar-se a negociação, deverá vossa excelência, depois de executar o que está determinado nas instruções, retirar-se com a força naval de seu comando para o lugar que lhe parecer mais conveniente fora da jurisdição do governo da república, *aguardando aí as ulteriores ordens do governo imperial.*”  
[grifo nosso]

As instruções delegavam ao comandante Pedro Ferreira de Oliveira [1801-60] a autorização de adotar procedimento enérgico e militar para que se finalizassem as pendências entre os dois Estados. Negada a satisfação, recusado o livre trânsito para os navios imperiais e as questões fronteiriças, o almirante tinha a ordem de forçar a passagem, fazer subir para as águas brasileiras do Alto Paraguai, dois ou três navios pequenos que compunham a expedição e nesta atitude aguardar novas ordens do governo imperial. Não foi desse modo que ele procedeu.



**Figura 6: Chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira [1801-60]**  
Fonte: BOITEUX, Henrique. Os nossos almirantes. Op. cit. p. 151.

Entretanto, o comandante não desrespeitou as instruções. Cauteloso, ele preferiu os meios pacíficos aos da força. Pedro Ferreira de Oliveira foi prudente. Os navios da esquadra encalhavam nos rios platinos constantemente, antes de chegar à fronteira paraguaia. As embarcações em sua maioria possuíam estrutura adequada para a navegação em oceanos, em águas profundas. Os bancos de areia dos rios Paraná e Paraguai eram pouco conhecidos pelos tripulantes da esquadra. As embarcações, de casco de madeira, poderiam ser alvo fácil para as defesas paraguaias, caso não desenvolvessem uma boa velocidade. A esquadra imponente estava impotente. Um fracasso da intervenção naval no Paraguai certamente arriscaria o *status* obtido na batalha de Monte Caseros, em 1852. Entretanto, no Império fora criado um clima psicológico favorável à intervenção naval no Paraguai, a qualquer custo, com certeza de vitória imperial.

Em 20 de abril de 1855, o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em “Boletim marítimo”, destacou a defesa paraguaia. “Sabemos que o material é pouco e imperfeito, [as] pessoas [são] despreparadas, teremos perdas sensíveis.” A expectativa demonstrada na reportagem era que a esquadra avançasse contra as baterias.

A mesma matéria descreveu o comportamento dos marinheiros da divisão naval. Eles estariam entusiasmados. “Tanto a tropa de linha como as guarnições da esquadra estão regularmente exercitadas no manejo de artilharia e de outras armas. Os navios que se destacam na disciplina são as corvetas *Berenice* e *Imperial Marinheiro* e o brigue-escuna *Eolo*.”

Como assinalado, em 15 de março de 1855, a bordo da corveta *Ipiranga*, o comandante imperial Pedro Ferreira de Oliveira chegou a Assunção para iniciar as negociações diplomáticas com Francisco Solano López [1827-70], filho do presidente paraguaio e ministro da guerra daquele governo. Foi realizado desagravo formal à bandeira imperial, com vinte e um tiros cerimoniais, em atenção à expulsão do ministro imperial em Assunção, Felipe José Pereira Leal, ocorrida em setembro de 1853. As conferências em Assunção se estenderam até a assinatura de amizade, comércio, navegação e uma convenção adicional de limites, em 27 de abril de 1855, que deveria ser ratificado pelo governo imperial.

O acordo de 27 de abril, não resolveu as questões pendentes entre os dois Estados, pois ficou aquém das exigências imperiais. Em julho de 1856, após longa discussão parlamentar, o governo imperial desautorizou os acordos pactuados por seu representante, insistindo no direito pleno de

navegação, ao igual do concedido pela Argentina e Uruguai, e nas suas exigências territoriais. No acordo, o Paraguai não se opunha à navegação nos seus rios interiores, sob seu controle, contanto que as questões territoriais fossem redefinidas, em até um ano, o que o Império de maneira alguma concordava.



**Figura 7: Fragata Amazonas [capitânia]. Também atuou na batalha do Riachuelo, em 1865, no Paraguai.  
Fonte: Passagem de Cuevas, 12 de agosto de 1865. Publicado pelo Instituto Artístico, Rio de Janeiro, largo de São Francisco de Paula, número 16. Coleção guerra do Paraguai, MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RJ.  
[adaptado]**

## O JULGAMENTO DA HISTORIOGRAFIA

A historiografia sobre a guerra de 1864-70 tem proporcionado pouco espaço à análise da expedição naval imperial ao Paraguai, em 1854-5. Em geral, quando a expedição é mencionada, é apresentada de modo marginal. Diversos motivos contribuem para a incompreensão e a pouca atenção delegada à missão bélico-diplomática de 1854-5. Destacamos o insucesso imperial no episódio e sua análise superficial que resulta em precipitadas conclusões.



**Figura 8: Joaquim Nabuco [1849-1919],  
 Fonte: [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)**

Em *Um estadista do Império*, escrita nos anos 1890, o importante político e abolicionista pernambucano, Joaquim Nabuco [1849-1910], definiu a missão Pedro Ferreira de Oliveira como um desastre diplomático, o que parece ter contribuído para consagrar um lugar modesto na historiografia à expedição.



**Figura 9: Ramón José Cárcano [1860-1946].  
 Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br)**

O comandante Pedro Ferreira de Oliveira foi responsabilizado pelo insucesso de 1854-5. Segundo o historiador argentino Ramón de Cárcano, o comandante imperial foi condenado pela imprensa brasileira e pelo governo imperial. “Se protesta en la prensa, en el Consejo de Estado, en la Cámara, en el mismo Ministerio. El diputado Salles Torres Homem lo fulmina con vigorosa elocuencia. Se pide el envío de una nueva expedición, de mayor fuerza y aptitudes [8 de junho de 1855].”<sup>16</sup> O citado autor, em duas importantes obras assinalou a incapacidade do representante imperial. Em *Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda*, de 1921, afirmou que Francisco Solano López estava mais apto a negociações em detrimento do representante imperial. “El ministro paraguayo aparece mental e

<sup>16</sup> CÁRCANO, Ramón José. *Guerra del Paraguay* Orígenes y causas. Buenos Aires: Domingo Viau, 1939. p. 18-9.

políticamente superior al negociador imperial. Su exposición es exacta, clara y neta; el razonamiento, apoyado por los hechos, *és lógico y fuerte [...]*”.<sup>17</sup>

Em *Guerra del Paraguay: Orígenes y causas*, de 1939, o referido historiador reafirmou tal posição, destacando que o negociador imperial, seria homem sem preparação, inexperiente e inábil nos assuntos da região do Prata. A declaração contida nos acordos que a questão dos limites era vital à república do Paraguai foi um tapa de luvas as pretensões da esquadra imperial, conclui o autor.<sup>18</sup>

Historicamente, a imagem do comandante e ministro imperial Pedro Ferreira de Oliveira foi arranhada pelos resultados da expedição de 1854-5. Autores brasileiros e platinos desconsideraram que o comandante pôde ter salvado para o seu país o obtido em Caseros. Um revés na expedição poderia contribuir para fragilizar o Império do Prata, como proposto. O Paraguai contava com a simpatia do governo *blanco* uruguaio e dos federalistas argentinos. Com a inanição da esquadra, o insucesso da expedição era iminente.

O tratado de 27 de abril de 1855 adiou o início das operações bélicas. Em 1856 e 1858, foram feitas novas tentativas de reconciliação entre os dois Estados que se mostraram infrutíferas. Foram assinados novos acordos que estipulavam em seis anos o prazo para ajuste dos limites territoriais e liberavam a navegação do rio Paraguai às embarcações do Império. Porém, os conflitos seguiram na fronteira norte do Paraguai com o Mato Grosso e não houve cumprimento dos acordos referendados. O presidente paraguaio, Carlos Antonio López, decretou regulamentos que impediam a execução da livre navegação do rio Paraguai. A historiografia brasileira reitera que a missão Pedro Ferreira de Oliveira foi corrigida posteriormente pelos tratados de 1856 e 1858.<sup>19</sup> Os tratados foram assinados e descumpridos por ambos os Estados. Não houve superação das diferenças políticas exacerbadas na invasão imperial ao Paraguai, em 1855, até o início da guerra de 1864-70.

A expedição naval foi um momento especial da política desenvolvida pelo império do Brasil no Prata, fruto das relações entre os governos platinos. Não foi mero passeio naval nas águas da bacia do rio da Prata ou um mero incidente diplomático. A obra *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, de 1979, do jornalista Julio José Chiavenatto alcançou enorme sucesso comercial tão logo sua publicação, o autor fez breve análise da expedição de 1855 no segundo capítulo do livro, intitulado “O mais progressista país da América do Sul”; com o inter-título: “diplomacia: um

17 CÁRCANO, Ramón José. *Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda*. [s.l. s.n.] 1921. *Apud* QUELL, H. Sánchez. *Op. Cit.* p. 114.

18 CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay [...]* *Op. Cit.* p. 196.

19 NABUCO, Joaquim. *Ob. Cit.* p. 221; CHIAVENATTO, Júlio José. *Ob. Cit.* p. 43.

aprendizado inócuo”.<sup>20</sup>

Julio Chiavenatto avaliou a expedição naval imperial de 1854-5 como o mais importante *incidente* diplomático envolvendo o Império e o Paraguai, antes da grande guerra. Incidente indica fato secundário que sobrevém a um principal; episódio; desentendimento.<sup>21</sup> A opinião do respeitável autor brasileiro sobre a expedição imperial é recorrente nas pesquisas a respeito das origens de guerra de 1864-70. A “missão Pedro Ferreira de Oliveira” tem sido classificada pelos historiadores com um incidente diplomático o que contribui para a alienação dos estudos sobre o importante episódio.

Reiteramos que a intervenção explícita da marinha imperial no Paraguai, em 1854-5, foi auge das tensões diplomáticas com o Paraguai antes do primeiro movimento da guerra de 1864-70. A ofensiva imperial de 1854-5 se desdobrou em 1864-70. As severas críticas ao comandante da expedição Pedro Ferreira de Oliveira incompreendem o que ele obteve no Paraguai. Um fracasso da intervenção naval no Paraguai certamente arriscaria o *status* obtido pelo Império na batalha de Monte Caseros, em 1852, e colocaria em cheque a política expansionista do Império sobre os países platinos. Um revés militar na expedição fragilizaria o Império no Prata. Com a inanição da esquadra o insucesso dela era iminente.

A imprensa da época e o governo imperial condenaram Pedro Ferreira de Oliveira e a missão Prata ele comandada, como assinalado. Ao definir o assunto como incidente diplomático, a historiografia determina ao ostracismo “a missão Pedro Ferreira de Oliveira”, impedindo que se avance o conhecimento sobre o processo fundamental da formação sul-americana.

A guerra foi desenhada, as feridas foram abertas de modo irremediável. O poder militar mobilizado para invadir o Paraguai não tinha, até então, precedentes na história de 350 anos do Brasil. “A primeira guerra do Paraguai” não teve tiros, nem mortos. Ela teve uma campanha militar abortada devido à estratégia inadequada adotada pelo Império. As batalhas foram adiadas e os acordos foram débeis. A expedição naval imperial ao Paraguai, em 1854-5, também conhecida como “missão Pedro Ferreira de Oliveira”, foi a primeira guerra de Paraguai.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERDI, Juan Bautista. *La guerra del Paraguay*. Assunção: Intercontinental, 2001.

<sup>20</sup> CHIAVENATTO, Júlio José. Ob. Cit. p. 38-45.

<sup>21</sup> Dicionário LAROUSSE da língua portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005. p.429.

- ALCALÁ, Guido R.; ALCÁZAR, José E. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción: Tiempo de Historia, 2007.
- ANDRADA e SILVA Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.];
- ARQUIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN. *Varias cartas respecto a lá invasión brasilera*. Seção História, Vol. 315, número 11, 12 folhas, 1855.
- BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Decoud a López. Paraná, 13 de janeiro de 1855. Coleção Rio Branco. I-29, 30, 17, nº6.
- \_\_\_\_\_ Egusquiza a Falcón. Paraná, 3 de abril de 1855. Coleção Rio Branco. I-29, 30, 18, nº3.
- BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 4. vol. 1915.
- CÁRCANO, Ramón José. *Guerra del Paraguay Orígenes y causas*. Buenos Aires: Domingo Viau, 1939 [academia nacional da história argentina e academia argentina de letras].
- \_\_\_\_\_ *Del sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda*. [s.l. s.n.] 1921.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense 1982.
- Dicionário LAROUSSE da língua portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005.
- ESPARTEIRO, A. Marques. *Catálogo dos Navios Brigantinos [1640 – 1910]*, Centro de Estudos da Marinha, 1976.
- LOBO, Hélio. Gesto Malgrado. REVISTA AMERICANA, ano VI, n. 1, out. 1916.
- MELLID, Atilio García. *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta López, Peru 666, 1964. Disponível em: <[www.elortiba.org](http://www.elortiba.org)> Acesso em 12 de fevereiro de 2011.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. [1 ed 1985.]
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Coleção guerra do Paraguai. *Passagem de Cuevas*, 12 de agosto de 1865. Publicado pelo Instituto Artístico, Rio de

Janeiro, largo de São Francisco de Paula, número 16.

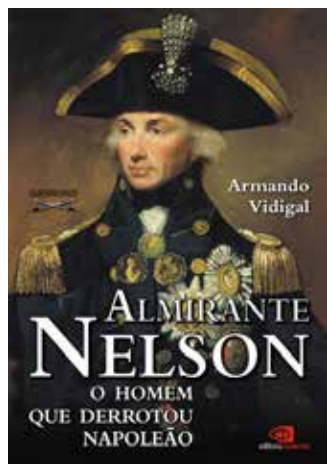
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*. São Paulo: Instituto progresso editorial, 1949.
- PEÑA, Milciades. *La era de Mitre*. De caseros a la guerra de la triple infamia. 3. ed. Buenos Aires: ediciones fichas, 1975.
- QUELL, Hipólito Sánchez. *La Diplomacia Paraguaya de Mayo a Cerro-Corá*. 3. ed. Buenos Aires: colección Cúpula, KRAFT, 1955.
- ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.
- TEIXEIRA, Fabiano B. “A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial brasileira de 1854-5” V Seminário Internacional dos Estados Americanos: o bicentenário das independências [1810-2010]. Passo Fundo: UPF. 1 CD-ROM.
- TEIXEIRA SOARES, Luis A. *Diplomacia do Império no rio da Prata [até 1865]*. Rio de Janeiro: Brandt, 1955. p. 168.
- do Prata. 3. ed. Brasília: UNB, 1998. [1 ed. 1985.] p. 82-3.
- WHITE, Richard A. *La primera revolución popular en América Paraguay [1810-1840]*. 2 ed. Assunção: Carlos Schauman Editor, 1989.

**Periódicos:**

- *El semanário*, 23 de jun. de 1855, número 109. [ANA] *Jornal do Commercio*, 4 de jan. de 1855, número 4, ano XXX. [B.N.R.J.]
- \_\_\_\_\_ 20 de abril de 1855, número 108, ano XXX. [B.N.R.J.]



# Livro em Destaque



**VIDIGAL, Armando. Almirante Nelson: O Homem que Derrotou Napoleão. São Paulo: Editora Contexto, 2011.**

Considerado por muitos o maior herói militar britânico de todos os tempos, Horatio Nelson foi o comandante das forças que derrotaram Napoleão na famosa batalha de Trafalgar, ocorrida em 1805.

Com descrições detalhadas e análise competente, o autor relata as grandes batalhas vividas por Nelson, com ilustrações e esquemas

explicativos das táticas e estratégias utilizadas pelo grande herói britânico. Também são abordados aspectos de sua vida pessoal atribulada e cheia de dilemas, nem sempre tão bem resolvidos como as batalhas que venceu.

## **SOBRE O AUTOR**

O Vice-Almirante Armando Vidigal (1928 – 2009) foi membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval, da qual também foi diretor. Além disso, foi professor do Curso de Especialização em História Militar da UNIRIO e co-autor do livro História das Guerras, também editado pela Contexto.

## **FICHA TÉCNICA**

**ISBN 978-85-7244-662-4 – 283 páginas – 1ª edição - 2011**

**Preço médio – R\$ 40,00**



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.